

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**A ARTE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DIREITO: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA SÉRIE TELEVISIVA *BLACK MIRROR***

AUGUSTO FERREIRA RODRIGUES

RIO DE JANEIRO
2017/2º SEMESTRE

AUGUSTO FERREIRA RODRIGUES

**A ARTE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DIREITO: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA SÉRIE TELEVISIVA *BLACK MIRROR***

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a Orientação do **Professor Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.**

RIO DE JANEIRO
2017/2º SEMESTRE

AUGUSTO FERREIRA RODRIGUES

**A ARTE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DIREITO: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA SÉRIE TELEVISIVA *BLACK MIRROR***

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a Orientação do **Professor Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.**

Data da aprovação: __/__/____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO
2017/2º SEMESTRE

*“Saiba: todo mundo foi neném
Einstein, Freud e Platão também.
Hitler, Bush e Saddam Hussein
Quem tem grana e quem não tem*

*Saiba: todo mundo teve infância
Maomé já foi criança.
Arquimedes, Buda, Galileu
e também você e eu*

*Saiba: todo mundo teve medo
Mesmo que seja segredo.
Nietzsche e Simone de Beauvoir
Fernandinho Beira-Mar*

*Saiba: todo mundo vai morrer
Presidente, general ou rei.
Anglo-saxão ou muçulmano
Todo e qualquer ser humano*

*Saiba: todo mundo teve pai
Quem já foi e quem ainda vai.
Lao Tsé, Moisés, Ramsés, Pelé
Gandhi, Mike Tyson, Salomé*

*Saiba: todo mundo teve mãe
Índios, africanos e alemães.
Nero, Che Guevara, Pinochet
e também eu e você”.*

(Arnaldo Antunes)

RESUMO

O direito e a arte, à primeira vista, em nada se comunicam. No entanto, há diversas relações possíveis e reais entre esses dois universos. É nesse contexto que a presente monografia se localiza, na medida em que busca analisar uma obra, especificamente um episódio da série televisiva *Black Mirror*, com intenção de trazer à discussão um assunto muito importante para o direito: o preconceito, a discriminação e o estigma, causadores de várias formas de violência, sofrimento e opressão. Além disso, diante da exposição dessas questões de modo teórico e prático, o trabalho procura investigar se no Brasil o preconceito é uma instituição e como o direito brasileiro se posiciona em relação a isso. Assim, ao mesmo tempo que valoriza a arte e a interdisciplinaridade do estudo do direito, aborda um tema relevante para qualquer sociedade como um todo.

Palavras-chave: direito; arte; preconceito; discriminação; estigma; instituição.

ABSTRACT

Law/lawyer/rights and art, at first sight, do not communicate at all. However, there are several possible and real relations between those two universes. It is in this context that the present monograph is located, in that it seeks to analyze a work of art, specifically an episode of the television series *Black Mirror*, with the intention of bringing to the discussion a very important subject for law/lawyer/rights: prejudice, discrimination and stigma, cause of various forms of violence, suffering and oppression. In addition, before the exposition of these questions in a theoretical and practical way, the work tries to investigate if in Brazil the prejudice is an institution and as the Brazilian law/lawyer/rights positions itself in relation to this. Thus, while valuing the art and interdisciplinarity of the study of law/lawyer/rights, it addresses a relevant topic for any society as a whole.

Key words: law/lawyer/rights; art; prejudice; discrimination; stigma; institution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. DAS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE O DIREITO E A ARTE	9
1.1. DO DIREITO	9
1.2. DA ARTE.....	10
1.3. DO DIREITO E DA ARTE	14
2. ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O PRECONCEITO	22
2.1 ABORDAGEM FILOSÓFICA	23
2.2 ABORDAGEM SOCIOLÓGICA	32
2.3 ABORDAGEM JURÍDICA	38
3. DO PRECONCEITO INSTITUCIONALIZADO	44
3.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE O PRECONCEITO INSTITUCIONALIZADO E O CASO BRASILEIRO	44
3.2 DO DIREITO E DO PRECONCEITO	53
3.3 RESUMO DE <i>MEN AGAINST FIRE</i> DA SÉRIE <i>BLACK MIRROR</i>	65
3.4 ANÁLISE E COMENTÁRIOS ACERCA DAS QUESTÕES TRAZIDAS PELO EPISÓDIO.....	71
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

Este trabalho de monografia tem como título “A arte e sua contribuição para o direito: uma análise a partir da série televisiva *Black Mirror*”. Assim, o tema está localizado numa relação entre esses dois universos. Especificamente, no sentido de que a arte traz múltiplas perspectivas da realidade; e essas perspectivas, visões, discursos, interpretações ajudam a compor as discussões no campo do direito, aprimorando-o. No fundo, refletiremos sobre a arte e algumas questões que ela aborda numa tentativa de valorizá-la, em defesa de um estudo transdisciplinar para os juristas.

A escolha do tema se deu por diversos motivos. Em primeiro lugar, pelo meu interesse pela arte e por acreditar nas suas potencialidades para colaborar com todos os aspectos da vida, não só com o direito. Em segundo, pela constatação da comunicação que existe entre ambos em diversos aspectos (direito humano à literatura, direito autoral, censura, criminalização de manifestações artísticas etc.). Isso acontece certamente por terem gênese no mesmo lugar: no ser humano, na cultura. Essas diferentes relações, assim como os conceitos que os termos “arte” e “direito” vão assumir neste trabalho, serão abordados no primeiro capítulo.

Vejamos algumas lições de Kit White, especialmente as partes sublinhadas, que caminham ao lado dessas justificativas:

“(…) Nota do autor: A arte não é separada da vida; ela é a própria descrição da vida que levamos. Assim, este livro é, na realidade, para todos aqueles que se interessam pela arte e pelo modo como ela enriquece nossa existência. (...)”

10: A arte não é a expressão do eu. É o eu expressando todos os elementos da cultura que o moldou. Filtramos as informações do ambiente que nos cerca – da nossa família, das nossas comunidades, das informações que nos bombardeiam todos os dias, vindas de milhares de fontes. Não criamos essas informações; elas ajudam a nos criar. Por outro lado, começamos a interpretá-las e a descrevê-las para nós mesmos e para os outros a fim de compreendê-las. Esse é o impulso artístico. Até as obras de pura imaginação têm suas fontes fora de nós. Conheça as suas próprias fontes. (...)”

98: O significado não existe no singular. Ele é uma transação entre duas ou mais mentes conscientes. Sua obra é uma tentativa de fazer uma ponte de compreensão entre você e os outros. Por isso, o simbolismo privado é coisa que não existe. Q

significado deriva da comunicação. (...)

100: A arte é o meio pelo qual uma cultura se descreve a si mesma. Essa descrição, por sua vez, forma nosso senso de como vemos a nós mesmos no presente e em relação ao passado. A arte não pode nos alimentar, nos abrigar nem curar doenças físicas, mas é crucial para um senso da nossa própria humanidade. Ela dá corpo a nossas ideias e sensibilidades. A arte identifica e investiga a cultura que a produz e a examina em relação a outras culturas e outras histórias. Nossa arte é quem nós somos. Essa tarefa para a qual você está se formando. (...)

101: Nem todos os graduados em escola de artes se tornam artistas bem-sucedidos. Mas a formação que se recebe na escola de artes abre avenidas para o mundo inteiro. A escola de artes nos ensina a observar minuciosamente, descrever com precisão, encontrar soluções para problemas por meio da experimentação, manter a mente aberta para todas as possibilidades e aceitar críticas amargas enquanto buscamos o que ainda não foi realizado. São as habilidades que caracterizam os aventureiros, os visionários e os construtores de um futuro que ainda não conseguimos decifrar.¹ (grifos nosso).

Somada a essas razões, a escolha do objeto se deu pela minha admiração à aclamada série *Black Mirror*, por todas as suas referências, por lidar com dramas atuais, por mostrar quem somos (aliás, a escolha do nome *Black Mirror*, segundo o próprio criador da série numa entrevista² à “Channel 4”, tem motivação nas telas desligadas, seja a tela da televisão, dos computadores ou dos smartphones, que acabam por nos refletir num espelho negro quando apagadas), e por mostrar o perigo que corremos a todo instante, que parece se acentuar a cada tempo que passa.

Especificamente, a escolha do episódio *Men against fire* teve como motivo o intuito de colocar em discussão, promover uma reflexão sobre os temas da discriminação, do preconceito e do estigma, assunto muito caro para o direito não só do Brasil, mas do mundo todo. São problemas que dizem respeito a todos nós, oprimidos ou não. São fatores que geram violência/opressão e, conseqüentemente, causam sofrimento. Essas questões, enquanto construções sociais, partes de uma instituição, ficam muito evidentes nesse episódio. Dessa maneira, ele será resumido e analisado no terceiro capítulo. Ademais, esse capítulo irá trazer noções gerais sobre o preconceito institucionalizado, abordando a situação brasileira, assim como o posicionamento e as facetas do direito brasileiro em relação a isso.

¹ WHITE, Kit. **101 lições a serem aprendidas na escola de artes**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

² YOUTUBE. **Creator Charlie Brooker Explains...** Vídeo (5min34seg) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U2YPxSDIoPE>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

No segundo capítulo, será analisado o preconceito no sentido teórico em três perspectivas diferentes, mas complementares: filosófica, onde tomaremos emprestada a visão de Hannah Arendt; sociológica, onde comentaremos sobre um artigo publicado por duas professoras da UnB em “Revistas Feministas” e sobre uma pesquisa compilada em livro; e jurídica, onde refletiremos sobre dois artigos elucidativos principalmente sobre os diversos tipos de discriminação.

Portanto, resumidamente, em relação ao tema, as seguintes questões são levantadas: a arte e o direito se relacionam em quais sentidos? Quais são as funções da arte? Quais são as funções do direito? Como a arte pode ajudar a aprimorar o direito? Quais outras obras de arte poderiam ser analisadas? E em relação ao objeto escolhido, as seguintes: o preconceito é institucionalizado? O preconceito, discriminação e estigma são problemas para o direito? Como o direito lida com essas questões? O direito é preconceituoso? Caso positivo, o que pode ser feito para corrigir isso?

Por fim, a pesquisa e exposição de todos esses assuntos (arte, direito, preconceito, discriminação, violência etc.) confiam que, ao final, seremos pessoas mais esclarecidas, sensíveis e conscientes. Razão pela qual o trabalho também foi desenvolvido.

1. DAS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE O DIREITO E A ARTE

Antes da identificação e exposição das possíveis relações entre o direito e a arte, é importante destacar os conceitos que estes termos assumem no presente trabalho e algumas de suas funções.

1.1. DO DIREITO

No presente trabalho, todas as vezes que se falar em “direito” poderá estar se referindo tanto às normas jurídicas quanto aos atores sociais que emitem ou operam o ordenamento, bem como a própria ciência jurídica.

O direito pretende ter a função básica de regular a sociedade e manter a ordem social, a pacificação, a convivência harmônica³, o controle⁴ através das normas, mediante a prevenção e resolução/composição dos conflitos⁵ dos interesses. Desse modo, o direito serve como contenção dos litígios, procurando preservar a liberdade e a igualdade⁶.

Por outro aspecto, o direito pode ter, por exemplo, a função de coibir a liberdade, uma vez que em muitos momentos lança mão da coação/violência (nesse sentido, há quem entenda que o direito não se confunde com a justiça, por exemplo)⁷. Além disso, o direito pode assumir a função de legitimar o poder e o seu exercício.

O direito também pode ter a função de realizar direitos fundamentais, todos decorrentes da dignidade da pessoa humana⁸. E também pretende cumprir sua função social, preocupada

³ VAZ, Anderson Rosa. **Introdução ao direito**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 29-30.

⁴ MARCANTONIO, Jonathan Hernandez. **Direito e controle social na modernidade**. São Paulo: Saraiva, 2013. passim.

⁵ SENA, Adriana Goulart de. Formas de resolução de conflitos e acesso à justiça. **Revista Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**, Belo Horizonte, v.46, n.76, p.93-114, jul./dez.2007.

⁶ BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997. passim.

⁷ DERRIDA, Jacques. **Força de lei: o fundamento místico da autoridade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. passim.

⁸ SARTLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. passim.

com o todo e não somente com as partes que integram a sociedade. Nessa passagem, o direito pretende garantir um mínimo existencial para as pessoas por ele tuteladas.

Numa perspectiva diferente, não menos política, o direito pode ter também uma função de instrumentalizar a burocracia, de legitimar a opressão, de manter o *status quo*, entre outras mais veladas.

Enquanto isso, o Direito (ciência jurídica) pretende estudar/entender/descrever os fenômenos jurídicos em três planos⁹: dogmático (norma), sociológico (fato) e filosófico (ciência e valor). Além disso, busca resolver os seus eventuais problemas teóricos.

Eis aqui algumas das funções que o direito pode assumir e assume.

1.2. DA ARTE

Na aula inaugural dos cursos de Filosofia e História da Arte da Universidade do Distrito Federal em 1938, em “o artista e o artesão”, Mário de Andrade confessa:

“Ousarei, primeiramente, afirmar que jamais pude me prender a conceitos perfeitamente nítidos do Belo, da Arte, da Criação, do Artista, do Espectador, da Técnica, do Sentimento ou da Expressão, da Matéria e da Forma?... Essa é a verdade porém. Devo confessar preliminarmente que eu não sei o que é o Belo e nem sei o que é a Arte. Através de todos os filósofos que percorri, num primeiro e talvez fátuo anseio de saber, jamais um conceito deixou de se quebrar diante de novas experiências. Eu não sei o que é o Belo. Eu não sei o que é a Arte. E, no entanto, incapaz de conceitua-los com firmeza, seria não modesto, mas perfeitamente injusto com o meu espírito e traidor dos que me trouxeram a esta cadeira, si negasse sentir, direi mais, intuicionar o que são arte e beleza. (...) A fixação de conceitos nos levaria fatalmente a uma organização sistemática do nosso pensamento artístico, nos levaria a uma Estética, nos levaria a filósofos, sinão a filosofantes, e não a artistas que devemos ser. Já a limitação de conceitos, não é apenas necessária aos artistas, mas imprescindível. Sem isso, creio não se poderá nunca ser artista verdadeiro. Principalmente em nosso tempo, em que campeia o individualismo mais desenfreado, e o artista se tornou um brinquedo de suas próprias liberdades”¹⁰.

⁹ SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Teoria do direito**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 6-11.

¹⁰ ANDRADE, Mário de. **O artista e o artesão**. Capítulo do livro “O baile das quatro artes”. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/Sem-3_O-Artista-e-o-Artes%C3%A3o_M%C3%A1rio-de-Andrade.compressed.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017. p. 28-29.

Se nem Mário de Andrade afirma o que é a Arte, não é aqui que a conceituação de modo categórico deste termo terá espaço. Para Ernst Hans Gombrich ela sequer existe:

“De fato, aquilo a que chamamos Arte não existe. Existem apenas artistas. No passado, eram homens que usavam terra colorida para esboçar silhuetas de bisões em paredes de cavernas; hoje, alguns compram suas tintas e criam cartazes para colar em tapumes. Fizeram e fazem muitas outras coisas. Não há mal em chamar todas essas atividades de arte, desde que não nos esqueçamos de que esse termo pode assumir significados muito distintos em diferentes tempos e lugares, e que a Arte com A maiúsculo não existe. Com efeito, a Arte com A maiúsculo tornou-se como que um bicho papão, ou um fetiche. (...) Ninguém sabe como a arte começou, assim como não se sabe a origem da linguagem. Se chamarmos de arte atividades como a construção de templos e casas, a criação de pinturas e esculturas ou a tecelagem, não há povo no mundo que não a conheça. Se, por outro lado, considerarmos arte um belo artigo de luxo, algo a ser apreciado em museus e exposições ou a ostentar como adorno precioso para os convidados de honra, será necessário reconhecer não só que essa é uma acepção muito recente do termo, mas também que muitos dos maiores construtores, pintores e escultores do passado jamais poderiam imaginá-la”¹¹.

Isto posto, neste trabalho, a expressão “arte” assume o significado mais amplo, contemplando as obras (sem pretender categorizá-las), os artistas e o processo de criação de diferentes tempos, espaços e culturas, o que inclui a arte rupestre, indígena, africana, a arte marginal, os grafites, os funks, os raps, as obras arquitetônicas etc. Portanto, chamamos a arte de arte, assim como Antonio Candido chama de literatura a literatura em “O direito à literatura”:

“(...) chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações”¹².

Segundo a poetisa Matilde Campilho, em entrevista concedida a Eric Nepomuceno, ao relatar passagem de sua infância, quando teve momento de encantamento com um quadro de Pollock num museu de Londres, a arte salva momentos. Para a escritora

“(...) a função da arte é fazer fraquejar os olhos um pouquinho quando é preciso; é fazer retirar a atenção da dor em alguns momentos, mas outras vezes levar a atenção

¹¹ GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2013. p. 21.

¹² CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 176.

para a dor, que é necessário também, pois muitas vezes andamos distraídos demais; então a arte cumpre essa função de chamar”¹³.

Diante da pergunta de Eric Nepomuceno, no mesmo programa do Canal Brasil, sobre qual a função, nos dias atuais, da literatura, da arte, Eduardo Galeano declara:

“(...) a verdade é que é muito difícil dar uma resposta que não pareça pedante ou arrogante ou que não pareça que a gente atribui aos artistas uma função privilegiada no mundo, como se Deus nos beijou no berço e nos escolheu para salvar os outros; não acredito nisso de jeito nenhum, não acredito em nenhum tipo de aristocracia, nem na do talento, ainda mais quando a aristocracia do talento é auto-eleita, porque somos nós, os literatos, os artistas em geral que no zoológico humano habitamos a jaula dos pavões, então ficamos continuamente nos cumprimentando por sermos bonitos e inteligentíssimos e eu não concordo com isso; acho que o exercício da solidariedade, quando se pratica na verdade, no dia-a-dia é também um exercício de humildade que ensina você a se reconhecer nos outros e a reconhecer a grandeza escondida nas coisas pequeninhas, o que implica denunciar a falsa grandeza nas coisas grandinhas em um mundo que confunde grandeza com grandinho (...) ser capaz de olhar o que não se olha, mas que merece ser olhado; as pequenas, as minúsculas coisas da gente anônima, da gente que os intelectuais costumam desprezar, esse micro-mundo onde eu acredito que se alimenta de verdade e grandeza do universo e ao mesmo tempo ser capaz de contemplar o universo através do buraco da fechadura”¹⁴.

Com uma perspectiva um tanto diferente de ambos, Clarice Lispector, em entrevista no programa Panorama, da TV Cultura, quando indagada sobre o porquê de continuar escrevendo, diz: “porque no fundo a gente não está querendo alterar as coisas; está querendo desabrochar de um modo ou de outro”¹⁵. Então, a arte também pode ter essa função de servir como meio de expressão de sentimentos nos momentos em que a vida fica insuportável.

Para Alain de Botton e John Armstrong, em “Arte como terapia”, a arte pode assumir sete funções. A primeira elencada é a rememoração, pois a arte “é uma forma de preservar experiências, muitas das quais são belas e passageiras, e precisamos de ajuda para conservá-

¹³ YOUTUBE. **Matilde Campilho – Sangue Latino**. Vídeo (2min18seg) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zWYJ-drGO5Q>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

¹⁴ YOUTUBE. **Eduardo Galeano – Sangue Latino**. Vídeo (24min37s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3q_YyAG7upA>. Acesso em: 08 set. 2017.

¹⁵ YOUTUBE. **Panorama com Clarice Lispector**. Vídeo (28min31s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ohHP112EVnU>>. Acesso em 08 set. 2017.

las”¹⁶, além de torna-las acessíveis, públicas. A própria fotografia tem uma preocupação com a passagem do tempo e, de certo modo, quer eternizar um momento.

A segunda é a esperança, pois a arte é capaz de trazer às vistas coisas alegres, agradáveis, belas paisagens, sem negar os problemas do nosso mundo, mas numa tentativa de torna-lo mais leve. “Se o mundo fosse um lugar melhor, talvez nos sentíssemos menos comovidos e tivéssemos menos necessidade de obras graciosas”¹⁷. As lágrimas também se manifestam diante da beleza.

A terceira¹⁸ é a arte que ensina a enfrentar o sofrimento, encoraja o envolvimento com a tristeza, dado que eles fazem parte da vida. No mesmo sentido, a arte é capaz de apresentar a dor de maneira digna. É uma ajuda para o reconhecimento da condição humana, nos preparando para melhor lidar com as dores.

A quarta é o reequilíbrio. “A arte pode nos pôr em contato com doses concentradas das inclinações que nos faltam, devolvendo um grau de equilíbrio ao nosso ser interior que pende demais para um lado”¹⁹. Dessa maneira, a arte pode denunciar os desequilíbrios de um período histórico se soubermos quais obras de arte tiveram e voltaram a ter popularidade.

A quinta é a compreensão de si, que ocorre quando “uma parte esquiva e fugidia do nosso pensamento, da nossa experiência, é pega, editada e devolvida a nós melhor do que era antes, de forma que enfim sentimos que nos conhecemos com mais nitidez”²⁰. Funciona como um espelho projetado para parcela da nossa vida interior.

A sexta é o crescimento, no sentido de que a arte acumula experiências dos outros e nos oferece culturas diferentes, alargando a noção que temos de nós mesmos e do mundo. O

¹⁶ BOTTON, Alain de; ARMSTRONG, John. **Arte como terapia**. São Paulo: Intrínseca, 2014.

¹⁷ Ibid., p. 16.

¹⁸ Ibid., p. 26-31.

¹⁹ Ibid., p. 32.

²⁰ Ibid., p. 44.

crescimento aqui ocorre, portanto, quando “encontramos ponto de contato com o desconhecido”²¹.

Por último, a sétima é a apreciação. “A arte é um recurso que permite retornarmos a uma concepção mais precisa do que é valioso ao operar contra o hábito e nos convidar a redimensionar o que amamos ou admiramos”²². Assim, a arte acaba por nos ajudar a recuperar a sensibilidade, na medida em que nos mostra novas perspectivas das coisas.

Eis aqui algumas funções da arte. Diante dessas conceituações e pontos de partida, cabe agora seguir com a proposta deste primeiro capítulo.

1.3. DO DIREITO E DA ARTE

Pode soar estranho para algumas pessoas a afirmação de que esses dois universos sejam comunicáveis, mas há diversas relações possíveis e reais, uma vez que ambos são produtos do ser humano, da sociedade, da cultura. Segundo Kit White, em “101 lições a serem aprendidas na escola de artes”²³, na oitava lição, “A arte é um diálogo contínuo que se estende desde milhares de anos atrás (...)”. E, certamente, esse diálogo se faz também com o direito, em aspectos não tão óbvios.

O direito e a arte trabalham com a linguagem, com os símbolos, com a busca e compartilhamento dos significados; ambos são políticos, descrevem o mundo, são expressões humanas (muitas vezes complexas), seja no campo do “ser” ou do “dever ser”. A seguir, mais algumas lições de Kit White que denotam estas afirmações:

“3: “Voltar às coisas em si mesmas é voltar àquele mundo que precede o conhecimento, do qual o conhecimento sempre fala” – Maurice Merleau-Ponty, Fenomenologia da percepção.

Tudo o que conhecemos, conhecemos a partir do mundo que nos rodeia. A arte estuda o mundo, em todas as suas manifestações, e nos restitui não somente o modo

²¹ Ibid., p. 58.

²² Ibid., p. 59.

²³ WHITE, Kit. **101 lições a serem aprendidas na escola de artes**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

como vemos, mas também o modo como reagimos ao que vemos e o que conhecemos em consequência dessa visão. O mundo é a fonte de todos os nossos relacionamentos: sociais, políticos e também estéticos. A arte é parte do mundo, não existe à parte dele. (...)

7: “A tradição é o registro da experiência imaginativa.” – Kathleen Raine, *Blake and Tradition*.

A tradição do fazer artístico não é a mesma coisa que a arte “tradicional”. A primeira é o registro das explorações; a segunda é o produto das explorações em determinada época e lugar. A arte descreve o mundo em que é feita. Esse é o seu valor para nós. Ela nos diz onde estivemos e onde estamos. (...)

13: Cada geração reinventa a arte à sua própria imagem. Pelo fato de a arte ser um ato de descrição, é inevitável que aquilo que ela descreve reflita as tendências de cada geração do momento. Não se trata do reflexo rigoroso de uma época, mas de uma interpretação expressa numa linguagem que está sempre em estado de transformação. (...)

24: Toda arte é política. As escolhas que você faz quanto ao que descrever e a que técnica utilizar sempre estarão submetidas a uma interpretação que tem implicações políticas. A decisão de fazer uma obra isenta de qualquer conteúdo social explícito fala sobre o mundo e as aspirações de quem a faz tanto quanto uma obra que contém um programa político declarado. Toda arte é um reflexo das escolhas feitas – tanto omissões como sujeições. O mundo que sua obra descreve é o mundo promovido por você, seu autor”²⁴ (grifo nosso).

Nesse sentido, a conclusão de Camila de Camargo Silva Venturelli em seu artigo “O Direito e a Arte” é pertinente: “Arte e Direito são produtos de uma mesma lógica e que ambos cooperam reciprocamente, como manifestações humanas e sociais, para o aperfeiçoamento e compreensão da realidade”²⁵.

Existem, no nosso ordenamento jurídico, muitas normas que tocam a arte de alguma maneira. Na Constituição da República²⁶ há vários enunciados normativos que buscam tutelar o direito à educação, ao lazer, à cultura, à liberdade de pensamento e expressão e, em última e primeira instância, à dignidade humana. Direitos que se relacionam diretamente com a arte. Podemos citar, a título de exemplo, os artigos 1º, III; 3º; 5º, IV, VIII, IX, LXXIII; 6º; 23, V; 24, VIII; 30, IX; 215 e ss.; 220 e ss..

²⁴ Ibid., passim.

²⁵ VENTURELLI, Camila de Camargo Silva. **O Direito e a Arte**. Artigo. Disponível em: <<https://solteagravata.wordpress.com/2010/10/25/artigo-o-direito-e-a-arte/>>. Acesso em: 02 set. 2017. in fine.

²⁶ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 02 set. 2017.

Além disso, há diversas normas infraconstitucionais que, da mesma maneira, resvalam na arte, como a Lei de nº 9.610/98²⁷, sobre os direitos autorais, que envolve a criação, a produção, a distribuição, o consumo e o aproveitamento dos bens culturais. E, nesse contexto, também há as questões sobre os crimes de violação de direito autoral, de direitos conexos; e sobre a pirataria.

Outro ponto em comum entre esses dois universos é o direito à literatura²⁸ como um direito humano, tanto defendido por Antonio Candido. Para este professor, escritor, sociólogo, as pessoas geralmente consentem que o outro tem direito a certos bens fundamentais (como moradia, alimentação etc.), mas dificilmente consideram extensíveis a este outro aqueles que se relacionam com a integridade espiritual. E é nesse esforço de alteridade que se situa a base dos direitos humanos. Se a cultura, o lazer são direitos fundamentais, porque não seria também o direito à literatura e em última instância o direito à arte? Candido nos ensina que a arte tem a capacidade de possibilitar a vida dialética, além de organizar interna e externamente o indivíduo, fazer refletir, afinar emoções, aumentar percepções etc. Portanto, ela cumpre uma tarefa humanizadora. Nesse sentido ele argumenta que uma “sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”²⁹

É também o caso do Código Civil³⁰, que dispõe sobre o contrato de compra e venda de bens (ocorre nos leilões de obras de arte, por exemplo). Neste ponto, é válido mencionar a diferença entre a arte (é a obra, o artista, o fazer artístico e o que dali se sucede) e o mundo das artes (envolve o *business*, o lucro e outras variáveis mercantis) feita por Antonio Peticov

²⁷ BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direito autorais e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 02 set. 2017.

²⁸ CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 171-193.

²⁹ Ibid., p. 193.

³⁰ BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 02 set. 2017.

em entrevista³¹ a Antônio Abujamra no programa “Provocações”. No entanto, apesar desta diferença, a compra e venda não deixa de abranger o tema aqui tratado.

Há também a questão da criminalização do funk, que envolve uma política proibicionista do Estado e que tangencia diversos temas, como apologia, opressão, liberdade de expressão, posicionamento político etc. Eduardo Faustino, no jornal “A voz da favela” de agosto de 2017 diz:

“O funk que um dia deu ao adolescente poder, marginalização e educação foi uma passagem para que muitos se defendessem de um cotidiano violento. Para que criminalizar o funk? Vivemos em uma sociedade em que todos somos iguais, independentemente da cor da pele, da raça ou da religião. A liberdade de expressão tem que ser respeitada, e não agredida. Existem diversos estilos dentro do funk, como gospel, catagórico, de apologias, vulgar, violento. O que o funkeiro de hoje precisa é separar o joio do trigo, o que é bom para corpo e mente. Funk não é crime. Funk é cultura. Ele mostra os dois caminhos. Quem consome funk tem que saber condenar até mesmo o que ouve, não deixando entrar o que não presta. Eu acredito na nova geração do funk, que vai revolucionar e mudar a sociedade, em casa, no trabalho, no dia a dia com as pessoas”.

Como se vê, os exemplos que mostram o direito protegendo e/ou regulamentando algo que envolve a arte são fartos.

A contramão desta via também vem com grande fartura: a arte também influi no direito, principalmente por trazer reflexões importantes, por aumentar a sensibilidade humana e por documentar momentos e preservar a memória. É o caso de uma obra que reflete criticamente, por exemplo, sobre algum problema político, econômico, social; o caso da obra que documenta algum fato histórico, como acontece com a fotografia, com a pintura etc.

Há o chamado “direito na literatura”, que investiga conteúdos jurídicos em escritos literários e o “direito como literatura”, que trata da interpretação jurídica como interpretação literária, valendo-se da narrativa. Aqui colocaremos o enfoque no “direito na arte”, no mesmo sentido que ocorre no “direito na literatura”.

³¹ YOUTUBE. **Provocações** – **Antonio Peticov**. Vídeo (23min39s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4guoIDMcAak>>. Acesso em: 02 set. 2017.

No livro “Construindo Memória: Seminários Direito e Cinema”, o grupo de pesquisa “Direito e Cinema” da FND/UFRJ demonstra muito bem esse tipo de análise, ao descrever seminários sobre o tema em 2006 e 2007, utilizando a interpretação de diversos filmes para abordar diferentes assuntos inerentes ao direito.

“Vivi”, criadora do canal no *youtube* “VIVIEUVI”, que discute sobre a arte de maneira geral, expôs, num de seus vídeos sobre a capacidade que a arte tem de ajudar a democracia, que se relaciona com o regime político do Brasil, estampado no *caput* do art. 1º da Constituição Federal:

“Como a arte pode nos ajudar a defender a democracia? (...) A arte te ajuda e entender o mundo e também te convida a participar dele; ela influencia nossa capacidade de lidar com problemas trazendo imaginação e criatividade, pensamento crítico, você se entende como indivíduo e como parte de uma comunidade; eu logo pensei em Guernica; o Picasso não era dado à política, mas ele ficou horrorizado com o bombardeio que deixou a cidade de Guernica no norte da Espanha em chamas por dias durante a guerra civil espanhola; a pintura é um pedido contra a barbárie e o terror da guerra (...) a pintura é cheia de símbolos que o Picasso não quis explicar, ele deixou a interpretação aberta (...) mas ele não deixou que o quadro viajasse à Espanha enquanto o país vivesse sob a ditadura do Franco; os espanhóis só veriam Guernica quando o país reconquistasse a democracia; O artista chinês Ai Weiwei diz que a democracia é um direito universal (...) e acredita na arte como ferramenta social e política (...) a cultura fortalece a gente; sabia que o rosto da mulher que estampa o nosso dinheiro, que é a Efigie, a imagem da república, é inspirada na liberdade da obra ‘A liberdade guiando o povo’ de Eugène Delacroix? (...) a tela ‘Três de maio de 1808 em Madrid’ do Goya retrata o episódio em que o povo de Madrid se revolta contra as tropas de Napoleão que tinham invadido a Espanha e os franceses se vingam fuzilando os revolucionários (...) esse homem de branco faz pensar no ‘Tank Man’ ou ‘Rebelde Desconhecido’ que se colocou na frente de uma fila de tanques na China durante protestos (...) cinco fotógrafos corajosos registraram o ocorrido e as imagens rodaram o mundo; essa imagem é muito forte e mexe com o nosso imaginário e com a nossa maneira de encarar o mundo”³².

Da mesma maneira que essa análise foi feita sobre o tema da democracia a partir de interpretação de algumas obras de arte, o terceiro capítulo deste trabalho, com o intuito de trazer uma reflexão importante para o direito e de demonstrar que é plenamente possível que a arte possa contribuir a partir deste diálogo, pois em última instância contribui com o ser

³² YOUTUBE. **A arte pode ajudar a democracia? #vivieuvi**. Vídeo (5min5s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eatNi7QzQIQ>>. Acesso em: 09 set. 2017.

humano, irá abordar um episódio da série televisiva *Black Mirror*. No entanto, diversas outras obras poderiam ser analisadas, seja para trazer a reflexão sobre o preconceito ou qualquer outra questão igualmente relevante para o direito.

Tendo em mente a discussão de algum assunto relevante para o direito, poderiam ser objeto do tema diversas outras obras de arte, que não o escolhido episódio. Sobre algum marco histórico, como a recente greve geral no Brasil, poderiam ser analisadas fotografias, por exemplo; sobre a história do Brasil, poderiam ser analisados quadros de Portinari ou de Debret; sobre a opressão sexista, racista, e a discriminação interseccional poderia ser analisada uma música de Elza Soares; sobre a desigualdade regional, poderia ser analisada uma música do rapper Rapadura; sobre a justiça e a militarização da polícia, poderia ser analisado o conto “Mineirinho” de Clarice Lispector; sobre a loucura e os manicômios judiciais, poderiam ser analisados os filmes “Nise, o coração da loucura”, “Canto dos malditos”, “Bicho de sete cabeças”; sobre a sociedade do espetáculo, poderiam ser analisados os livros “Teatro do oprimido” de Augusto Boal, “1984” de George Orwell, “Fahrenheit 451” de Ray Bradbury; sobre bens públicos, interesse público, política urbana, liberdade de expressão, direito à propriedade, vandalismo, poderiam ser analisados os grafites das ruas da cidade do Rio de Janeiro, ou aqueles que foram apagados recentemente em São Paulo por seu atual prefeito; assim como as perturbadoras e lúcidas obras de Banksy, por exemplo. Essas são apenas algumas das infinitas possibilidades de diálogo da arte com o direito por meio da análise de obras.

Ainda: há até mesmo quem diga que a arte salva (inclusive do crime). É o caso, por exemplo, da feira “A arte salva vidas”, projeto social que aconteceu recentemente na Praça Mauá (cidade do Rio de Janeiro); a poesia do rapper Criolo no seguinte trecho da música “É o Teste”: “sem oportunidades, o negócio que mais cresce é vender uma paradinha, ou então cantar um rap”³³; a entrevista que este rapper concedeu a Lázaro Ramos no programa “Espelho”, Canal Brasil e declarou:

³³ YOUTUBE. **Criolo – É o Teste (Prod. Nave) / Ainda Há Tempo – Faixa 1**. Vídeo (4min41s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_wChOqWJoY0>. Acesso em: 31 out. 2017.

“O que nos salvou do que a gente viveu nas ruas, e você sabe do que eu estou falando, foi nossa completa ignorância e falta de habilidade em se adequar ao que está posto. O que nos salvou foi a gente ser um ninguém durante bom tempo de nossa vida. Ou nos éramos ignorados ou nós éramos chicoteados ou nós éramos um encosto de porta em alguma pousada. Nisso a gente fez nossa história. A gente sofreu, a gente vomitou, a gente voltou e aceitou que a gente não consegue fazer nada do que o pessoal fala pra gente fazer pra gente ficar boneco na foto. Aí nos sobrou o que? A beleza das artes, que pra muitos é a fraqueza da alma. Porque a gente não consegue se esconder. A gente vai pro palco e mostra a cara. (...) A gente fez uma curvinha da estatística, nêgo. É um milagre das artes você estar aqui. E tantos outros nomes de pessoas que vieram de luta e que muitas das pessoas que nos amam achavam que a gente não ia passar dos 25 anos de idade. E a gente tá falando de morte matada e não a morte da alma. Mas a morte desse físico. Porque para a alma eles não estão ligando realmente. A mão que segura o chicote não é invisível”³⁴.

Então, o objetivo do trabalho é também o de expor a importância que a arte pode ter para o estudo do direito e das suas questões, valorizando-a e incluindo-a na necessária interdisciplinaridade dos campos do saber. O direito deve manter contato com a sociologia, a filosofia, a ciência política, a história... E também com a arte.

Clarice Lispector, na mesma entrevista já citada, quando é indagada sobre em que medida o seu trabalho pode alterar a ordem das coisas, diz que não altera em nada; que escreve sem esperança de que o que ela escreve altere qualquer coisa. O presente trabalho, de certo modo, pretende defender uma ideia diametralmente oposta, pois acredita nessa transformação.

Por fim, para expressar essa ideia e concluir este capítulo, é muito válido mencionar Roberto Ernani Porcher Junior, em seu artigo “Direito e Arte: intersubjetividade e emancipação pela linguagem”³⁵. Para este autor, o mundo jurídico/o direito é poroso/aberto e assim deve ser, para, através da hermenêutica, ser possível integra-lo a elementos exteriores e enfim obtermos a justiça. E é também nesse sentido que o direito e a arte se aproximam, pois

³⁴ YOUTUBE. **Entrevista com Lázaro Ramos**. Vídeo (24min42s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eP86LuPwUYk>>. Acesso em: 04 set. 2017.

³⁵ PORCHER JUNIOR, Roberto Ernani. **Direito e Arte: intersubjetividade e emancipação pela linguagem**. Artigo. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/roberto_ernani.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

a arte cada vez mais faz com que a obra e o público interaja. Além disso, como já concluído, ambos andam sempre afinados dado que têm a gênese no mesmo lugar.

2. ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O PRECONCEITO

Antes de uma abordagem filosófica, sociológica e jurídica sobre o preconceito, é preciso diferencia-lo da discriminação. A seguir, as definições de cada uma dessas palavras sugerida no “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”:

“discriminação *s.f.* (1881) ato ou efeito de discriminar **1** faculdade de discriminar, distinguir; discernimento **2** ação ou efeito de separar, segregar, pôr à parte (*d. racial*) **3** *p.ext.* tratamento pior ou injusto dado a alguém por causa de características pessoais; intolerância, preconceito (*os idosos lutam contra a d. no mercado de trabalho*) **4** JUR ato que quebra o princípio de igualdade, como distinção, exclusão, restrição ou preferências, motivado por raça, cor, sexo, idade, trabalho, credo religioso ou convicções políticas.

(...)

preconceito *s.m.* (1817-1819) **1** qualquer opinião ou sentimento concebido sem exame crítico **1.1** ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado sem conhecimento abalizado, ponderação ou razão **2** sentimento hostil, assumindo em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio; intolerância (*p. contra um grupo religioso, nacional ou racial*) **3** conjunto de tais atitudes (*combater o p.*) **4** PSICN qualquer atitude étnica que preencha uma função irracional específica, para seu portador (*p. alimentados pelo inconsciente individual*).³⁶

No contexto deste trabalho, o sentido de discriminação que poderia ser confundido com o sentido de preconceito é a discriminação injusta e não qualquer tipo de discriminação, pois discriminamos o tempo todo (quem discrimina nem sempre está sendo preconceituoso, mas quem é preconceituoso sempre discrimina, mesmo que só mentalmente). Em “Preconceito e discriminação como expressões de violência”³⁷ de Lourdes Bandeira e Analía Soria, podemos perceber isso:

“A noção de ‘diferença’ pode compreender mais de uma lógica: é uma realidade empírica que se manifesta no cotidiano-material, ou seja, uma lógica que organiza e que ocorre na vida concreta; e ao mesmo tempo pode ser uma atitude política presente que reivindica um projeto de mudanças, com consequências positivas para a vida em geral. Ou ainda pode ser um simples instrumento de manipulação ou de dominação.”³⁸.

³⁶ HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – com a nova ortografia da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

³⁷ BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Estudos feministas, 1/2002, p. 119-141.

³⁸ Ibid., p. 126.

A discriminação injusta, negativa, manipuladora, que domina e inferioriza o outro, tem origem no preconceito. Seria o preconceito em ação/omissão. No mesmo texto, as escritoras exemplificam tomando o caso da pobreza no sentido econômico:

“De fato, o que leva à discriminação e à exclusão não é a situação de carência material em si, mas o preconceito com relação às pessoas carentes. Isso gera formas diferenciadas de abordagem e tratamento, traduzindo o ‘risco’ de poluição que potencialmente essas pessoas representam. Não há dúvida de que, nesse caso, é o preconceito o gerador da discriminação e da desigualdade que exclui, o aspecto ‘distintivo e formativo’ do ordenamento moral da sociedade brasileira, na busca que nega uma ‘ética de igualdade’ ou de reciprocidade”³⁹.

Portanto, da maneira geral, “preconceito” é um julgamento prévio negativo que se faz contra uma pessoa, coisa, grupo, povo, cultura diferente da pessoa que o manifesta (ou aparentemente diferente). É uma indisposição em relação a estereótipos e estigmas. É uma ideia pré-concebida, antecipada, sem informação suficiente para um verdadeiro julgamento a respeito de algo. Geralmente ocorre em forma de suspeita, intolerância, aversão.

“Discriminação” é fazer distinção por meio de uma atitude ou tratamento (ação ou omissão) diferenciado em relação a alguma pessoa ou algo, sendo que muitas vezes prejudica a parte discriminada. É uma violação ao direito à igualdade por meio do preconceito e tendo por base critérios injustificados, injustos tais como raça, sexo, credo etc., podendo levar à exclusão, segregação, marginalização e violência. Por vezes é motivada pelo medo.

Qualquer versão do preconceito, assim como esse aspecto da discriminação são vistos de maneira negativa pela sociedade, embora essa mesma sociedade não se empenhe para combatê-los e nela se encontre as suas expressões em forma de opressão, mesmo que sutilmente manifestados.

2.1 ABORDAGEM FILOSÓFICA

³⁹ Ibid., p. 125.

Agora, passemos à abordagem filosófica sobre o preconceito no sentido teórico tecida por Hannah Arendt em “A promessa da política”⁴⁰, uma compilação de textos reunidos pelo seu editor Jerome Kohn.

Esta obra investiga a tradição do pensamento político e filosófico ocidental desde Sócrates, Platão e Aristóteles (Hannah deixa claro que esta não é a gênese do pensamento filosófico grego, ao contrário do que muitos defendiam⁴¹, mas é o início da tradição) passando por Montesquieu e Hegel, até chegar a Marx, para analisar a questão dos preconceitos antipolíticos (parte dos seus fracassos) e o próprio sentido da política, relacionando-os à ideia de liberdade pública.

Ao fazer esse traço⁴² histórico, essa retrospectiva, a escritora evidencia diversos aspectos que considera importantes para construir o seu raciocínio/argumento. Dentre esses aspectos, ressaltaremos alguns a seguir, pois nos faz refletir sobre a vida em comunidade, sobre as diferenças, igualdades, preconceitos e controle.

Segundo Hannah Arendt, a atividade do pensamento foi separada da atividade da ação humana no julgamento de Sócrates⁴³, e tal abismo/hiato nunca mais se fechou. Nesse sentido, o pensamento que se ocupa do significado no sentido mais geral, desempenha o papel de um “pós-pensamento”⁴⁴, isto é, um pensamento posterior à ação que decidiu e determinou a realidade. Desse modo, a construção de teorias políticas desde então aconteceu em detrimento de experiências políticas. Tal separação acabou culminando numa maior perplexidade: o distanciamento entre o indivíduo e a comunidade e mais especificamente entre a solidão e o convívio⁴⁵. A pluralidade foi de certo modo ignorada e conseqüentemente a experiência da liberdade política também.

⁴⁰ ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2016.

⁴¹ Ibid., p. 45.

⁴² Ibid., p. 45-143.

⁴³ Ibid., p. 47.

⁴⁴ Ibid., p. 46.

⁴⁵ Ibid., p. 136.

Aqui “ação” deve ser entendida “antes de tudo o começo de algo novo, possui o atributo autolimitante de causar a formação de uma cadeia de consequências imprevisíveis que tendem a sujeitar para sempre o agente”⁴⁶ e o perdão é uma ação que garante a continuidade da capacidade de agir, de começar de novo, a todo o ser humano.

Diante dessa diferenciação entre pensamento e ação, a filósofa critica a tradição, que falha com respeito ao leque das experiências políticas, principalmente daquele tempo da humanidade ocidental. Qualquer experiência que não caiba na construção teórica simplesmente não entra em discussão⁴⁷.

A escritora trouxe várias reflexões a partir de expressões (como *episteme*, *doxa*, *logos*, maiêutica etc.), alegorias (caverna) e obras, como “A República” de Platão e “Ética a Nicômaco” de Aristóteles, onde o filósofo introduz a ética ao seu filho. Hannah destaca desse livro que “a comunidade não é feita de iguais, mas, ao contrário, de pessoas que são diferentes e desiguais”⁴⁸ e que “conviver na polis não é vida boa, mas sua condição material”⁴⁹. Além disso, conclui que o “sei que nada sei” socrático significa que não temos a verdade para todo o mundo, que não podemos sabê-la a não ser perguntando ao outro⁵⁰; assim, Sócrates foi concebido como o mais sábio dos mortais, pois “havia aceitado as limitações da verdade para os mortais, as limitações impostas pelo *dokein*, aparência”⁵¹; e havia percebido que não convivemos somente com os outros, mas com nossos eus⁵² e esta é a razão pelo qual a pluralidade dos homens jamais pode ser abolida, mesmo que só reste um no mundo (a pluralidade é inerente a todo o ser humano e a companhia do outro nos traz para fora do diálogo do pensamento e é precisamente nesse momento que nos singularizamos).

⁴⁶ Ibid., p. 106.

⁴⁷ Ibid., p. 102-103.

⁴⁸ Ibid., p. 58.

⁴⁹ Ibid., p. 59.

⁵⁰ Ibid., p. 61.

⁵¹ Ibid., p. 61.

⁵² Ibid., p. 62-63.

A autora aborda também a importância do discurso para os gregos e a questão do conflito⁵³, portanto, da consciência dos indivíduos com a polis, que exige respeito às suas leis, do conflito entre a verdade e a opinião, entre a filosofia e a política, entre o filósofo e o homem comum. “Somente por meio da *apolitia*, a indiferença e o desprezo pelo mundo da cidade tão característicos da filosofia pós-platônica, podia o filósofo se proteger da suspeita e da hostilidade do mundo que o cercava”⁵⁴. Eis o surgimento do preconceito apolítico. Assim, a tradição teve seu início marcado pelo desprezo⁵⁵ à política e no contexto do senso comum, operado principalmente⁵⁶ na esfera pública da política e da moral, onde estão situados os nossos preconceitos e juízos comumente aceitos, o filósofo é tentado a virá-lo de cabeça para baixo (segundo Hegel)⁵⁷. No entanto, é importante dizer que “vivemos hoje num mundo em que nem mesmo o senso comum faz sentido; o colapso do senso comum no mundo atual indica que a filosofia e a política, apesar de seu antigo conflito, tiveram o mesmo destino”⁵⁸.

Hannah também nos chama a atenção para a tríplice interdependente: a autoridade, a religião e a tradição:

“Sem o apoio das ferramentas tradicionais da compreensão e do juízo, a religião e a autoridade estão fadadas a vacilar. E é um equívoco da tendência autoritária no pensamento político acreditar que a autoridade possa sobreviver ao declínio da religião institucional e à quebra de continuidade da tradição. Todas três foram condenadas quando, com o início da era moderna, a velha crença no caráter sagrado da fundação num passado longínquo deu lugar à nova crença no progresso e no futuro como um progresso infindável cujas ilimitadas possibilidades podiam não apenas ser jamais vinculadas a qualquer fundação passada, mas também interrompidas e frustradas em sua ilimitada potencialidade por qualquer nova fundação”⁵⁹.

Sobre Montesquieu, Hannah destaca a natureza dos governos e seus princípios de ação (a virtude a honra e o medo). E aqui, vale mencionarmos:

⁵³ Ibid., p. 66-69.

⁵⁴ Ibid., p. 69.

⁵⁵ Ibid., p. 131.

⁵⁶ Ibid., p. 87.

⁵⁷ Ibid., p. 80.

⁵⁸ Ibid., p. 83.

⁵⁹ Ibid., p. 98.

“A virtude, diz Montesquieu, brota do amor à igualdade, e a honra do amor à diferença, ou seja, do “amor” por um ou outro dos dois traços fundamentais e interconectados da condição humana da pluralidade. Infelizmente, Montesquieu não nos diz de qual aspecto da condição humana surge o medo, princípio inspirador da ação nas tiranias (...) o medo não é, propriamente falando, um princípio de ação, mas um princípio antipolítico dentro do mundo comum. (...) De acordo com a teoria tradicional, o medo nas tiranias ou provém de uma democracia pervertida, quando as leis que pretendem limitar a força daqueles considerados iguais são rompidas em tal medida que a força de uma cancela a força do outro, ou se deve à usurpação dos meios de violência por um tirano que apaga as fronteiras legais. (...) as tiranias se baseiam na única experiência fundamental na qual estou totalmente só, que é estar impotente, incapaz de angariar a ajuda de seus semelhantes”⁶⁰.

Sobre Hegel e Marx, destacamos as seguintes observações feitas por Hannah Arendt. As obras de ambos aparecem juntas⁶¹ ao final da grande tradição do pensamento filosófico ocidental. Eles são de certo modo complementares na medida em que

“Hegel projetou a sua visão histórico-mundial exclusivamente para o passado e deixou a sua consumação esbater-se no presente, ao passo que Marx, ‘profeticamente’, projetou-a, ao contrário, para o futuro e compreendeu o presente como um simples trampolim”⁶².

Podemos constatar isso na seguinte ideia de Marx: “uma vez que abandonemos nosso preconceito de que um ‘absoluto’ se nos revela por trás de nós e que conheçamos as leis da dialética, podemos realizar o absoluto”⁶³. Mas, para Hannah, quando este pensador converteu a dialética em método, libertando-a dos conteúdos da realidade substancial, ele “tornou possível o gênero de pensamento-processo característico das ideologias do século XIX, culminando na lógica devastadora dos regimes totalitários cujo aparato de violência não está sujeito às restrições da realidade”⁶⁴. Ademais, a escritora chama a atenção para a extraordinária influência de Marx nas humanidades.

A certa altura do livro, no início do capítulo “introdução na política”, que deve ser lido como o movimento de entrar na política, há reflexões sobre o preconceito, parte que mais nos

⁶⁰ Ibid., p. 110-117.

⁶¹ Ibid., p. 119.

⁶² Ibid., p. 118.

⁶³ Ibid., p. 119.

⁶⁴ Ibid., p. 123.

interessa, para depois ser feita a conclusão do argumento de Hannah, parte que aborda o significado da política e a sua promessa.

A pensadora adverte que qualquer discurso político deve começar pelos preconceitos que todos nós temos contra a política, até porque nossos preconceitos comuns são políticos em sentido amplo; que tais preconceitos não provêm da arrogância dos ilustrados nem do cinismo dos que viram demais e compreenderam de menos; que não são, porém, juízos; que indicam que nos deparamos com uma situação na qual não sabemos, pelo menos não ainda, conduzir-nos politicamente; e que por trás dos nossos preconceitos atuais contra a política estão a esperança e o medo⁶⁵.

Certamente, o preconceito contra a política nasceu da ideia de que “a política interna é uma teia de mentiras e ardis tecida por interesses escusos e ideologias ainda mais escusas e a política externa um pendulo a oscilar entre a propaganda insulsa e o exercício da força bruta”⁶⁶. Mas hoje ele está mais relacionado à impotência, ao desespero de exonerar-se à capacidade de agir⁶⁷.

É interessante pontuar que Hannah entende que os preconceitos desempenham um papel importante na vida cotidiana e conseqüentemente, na política e, por isso, não é algo que devemos lamentar ou tentar mudar. Ela afirma que o homem não pode viver sem preconceitos (isso pela incapacidade do ser humano de formar juízos originais sobre tudo, além de que exigiria uma vigilância sobre humana)⁶⁸ e que é tarefa também da política esclarecê-los e dissipá-los, o que não significa treinar pessoas para serem não preconceituosas⁶⁹. No entanto, tal justificação não serve para qualquer preconceito, mas somente para aqueles que sejam autênticos, aqueles que não se arrogam juízos (aqueles do tipo “dizem”, “a opinião geral é de que” etc.).

⁶⁵ Ibid., p. 148.

⁶⁶ Ibid., p. 150.

⁶⁷ Ibid., p. 151.

⁶⁸ Ibid., p. 151-152.

⁶⁹ Ibid., p. 152.

Aqui, o termo “juízo” merece ser esclarecido: “significa organização e subsunção do individual e particular ao geral e universal”. Nesse caso, só a parte individual é julgada e não o parâmetro⁷⁰. Mas “juízo” também pode ser aquele que não tem parâmetros e por isso recorre à evidência do que está sendo julgado, sendo, desse modo, um problema de discernimento.

É importante dizer que tais juízos nunca são de natureza compulsória⁷¹. Eles só podem persuadir e, portanto, aderimos (não discutimos e não divergimos) ou não. A convicção de que seja obrigatório, apesar de não ser, é também um preconceito. Em muitos casos, supomos a validade do parâmetro e utilizamos mais um raciocínio dedutivo do que uma formação de juízo propriamente dita.

E, nesse sentido, a falta de padrão do mundo moderno dificulta a formação de novos juízos. Essa dificuldade é entendida (por muitos) como um niilismo inerente à nossa época, como a desvalorização de valores e catástrofe na ordem moral do mundo⁷². E sem parâmetros os homens não são capazes de julgar, pois julgar é formar juízos. O máximo que conseguem é aplicar regras em cima de parâmetros já estabelecidos, num movimento automático muitas vezes conservado por um controle à rédea solta⁷³.

Os preconceitos diferem dos juízos, pois podem contar com o pronto assentimento dos outros sem precisar de esforço para convencê-los. Quem tem preconceito tem a certeza de estar exercendo um efeito sobre as outras pessoas, sobre o público⁷⁴. Portanto, Hannah conclui que o preconceito tem um importante papel na arena social: quanto mais livre o indivíduo é de preconceitos de todo tipo, menos adequado ele é para a esfera puramente social⁷⁵.

⁷⁰ Ibid., p. 154.

⁷¹ Ibid., p. 156.

⁷² Ibid., p. 156.

⁷³ Ibid., p. 160.

⁷⁴ Ibid., p. 152-153.

⁷⁵ Ibid., p. 153.

Os preconceitos têm sua força e o perigo pelo fato de, entre outras razões, terem sempre oculto dentro de si algo do passado, pois esconde algum juízo anteriormente formado que não foi reexaminado ou revisto. De tão ancorado no passado, torna, muitas vezes, impossíveis os juízos quanto à autêntica experiência do presente⁷⁶. Portanto, é de extrema importância percebermos quais são esses juízos do passado se quisermos dissipar o preconceito⁷⁷. Para Hannah Arendt,

“Se a função do preconceito é poupar o indivíduo que julga da necessidade de se abrir e confrontar reflexivamente cada aspecto da realidade, então as visões de mundo e ideologias cumprem-na tão bem, que acabam protegendo-nos de toda experiência por meio da provisão ostensiva de toda a realidade”⁷⁸.

Por fim, sobre as soluções a respeito dos preconceitos, deixamos a seguinte reflexão presente nesta citação:

“qualquer resposta que coloque o homem no centro das preocupações atuais e sugira que ele deve mudar para que a situação melhore é profundamente apolítica (...) Se queremos mudar uma instituição, uma organização, uma entidade pública qualquer existente no mundo, tudo que podemos fazer é rever sua constituição, suas leis, seus estatutos e esperar que o resto cuide de si mesmo. Isto é assim porque onde quer que os seres humanos se juntem – em particular ou socialmente, em público ou politicamente – gera-se um espaço que simultaneamente os reúne e os separa”⁷⁹.

Portanto, segundo Hannah, uma visão somente interior, que sustenta um discurso do tipo “os homens precisam mudar”, “é preciso ter consciência”, e não exterior, tornaria possível apenas a reflexão e não a mudança.

Na parte final do livro Hannah Arendt faz diversas reflexões acerca do significado da política. Aborda a noção de alguns pensadores e, por último, expõe a sua ideia. Para Aristóteles a política é um meio⁸⁰ para atingir determinado fim; era encarada como um mal necessário⁸¹. Segundo a escritora, para a filosofia a política nem tem origem própria; só surgiu

⁷⁶ Ibid., p. 153.

⁷⁷ Ibid., p. 154.

⁷⁸ Ibid., p. 155.

⁷⁹ Ibid., p. 158-159.

⁸⁰ Ibid., p. 133.

⁸¹ Ibid., p. 135.

por conta da necessidade biológica dos indivíduos precisarem uns dos outros⁸² (viés duplamente secundário da política). A política surge fora do homem e nesse sentido ele é apolítico⁸³.

Para Marx, “a ação, ou *praxis*, contrariamente a toda a tradição, era o autêntico e verdadeiro veículo do pensamento, e a política, longe de estar infinitamente abaixo da dignidade da filosofia, era a única atividade intrinsecamente filosófica”⁸⁴.

Para Hannah, a política se baseia no fato da pluralidade humana; diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes; começa onde termina a esfera das necessidades materiais e da força física⁸⁵.

Ainda e, sobretudo, para a pensadora, a liberdade (condição necessária da pluralidade, da humanidade) e suas diferentes formas estão intimamente ligadas à política (são inseparáveis): o direito de arriscar a própria vida, a liberdade de ir e vir, de movimento, a liberdade de opinião/expressão, a capacidade de começar algo novo, a liberdade de espontaneidade, a liberdade acadêmica, a liberdade no e do trabalho... Para ela, política e liberdade em certo sentido são idênticas, pois a liberdade é condição *sine qua non* da política⁸⁶. Ela pensa, portanto, a liberdade como início da política, como a própria política e como objetivo da política. Essa seria a promessa da política.

Atualmente, a maior preocupação da política diz respeito à adequação ou inadequação dos meios públicos de força utilizados para a realização dos seus fins⁸⁷. Motivo dessa preocupação, por exemplo, foi o início das guerras. Dessa maneira, a partir da nossa experiência política obtida no campo de batalha, naturalmente entendemos a política segundo categorias como e ser coagidos, dominar e ser dominados, uma vez que é nelas que o

⁸² Ibid., p. 134.

⁸³ Ibid., p. 146.

⁸⁴ Ibid., p. 143.

⁸⁵ Ibid., p. 174.

⁸⁶ Ibid., p. 175.

⁸⁷ Ibid., p. 205.

verdadeiro significado de toda a violência se revela⁸⁸. Isso também não deixa de ser um preconceito.

2.2 ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

Na abordagem sociológica utilizaremos, principalmente, o livro “Preconceito e Discriminação”⁸⁹ de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. Mas antes comentaremos algumas passagens do artigo já mencionado de Lourdes Bandeira e Analía Soria Batista.

Elas trazem a ideia de que o preconceito pode ser uma “máquina de guerra”, uma vez que quando incorporado culmina em quase sempre na discriminação, exclusão e, conseqüentemente, violência. Segundo as autoras, uma definição⁹⁰ semântica e sócio antropológica seria “fazer um julgamento prematuro, inadequado sobre a coisa em questão”, e, portanto, citando o dicionário Petit Robert, supõe que “um sujeito/indivíduo portador de pré-conceito deve ‘inevitavelmente’ poder causar algum prejuízo ao sujeito vítima do dito preconceito, considerando que há um prévio ‘julgamento’”. No entanto, elas observam que para outros autores não se trata de julgamento em relação ao outro, mas de “conhecer” o outro.

Ainda, acerca do significado de preconceito, as autoras dizem que ele têm um

“caráter difuso e capilaridade de intromissão nas relações sociais, a eficácia e a ubiquidade do preconceito são máximas, tanto em relação às práticas de controle, como às de dominação e subordinação em todas as categorias sociais. Manifestam-se como produtor e reprodutor de situações de controle, menosprezo, humilhação, desqualificação, intimidação, discriminação, fracasso e exclusão nas relações entre os gêneros, na esfera do trabalho, nas posições de poder, nos espaços morais e éticos e nos lugares de enunciação da linguagem. E vêm, muitas vezes, minadas pela chantagem afetiva ou disfarçadas por aparências afetuosas que atingem, mais drasticamente, a autoestima e a condição sócio-moral daqueles(as) que são alvos do

⁸⁸ Ibid., p. 264.

⁸⁹ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2004.

⁹⁰ BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Estudos feministas, 1/2002, p. 126.

preconceito”⁹¹.

Desse modo, o debate e a elucidação desses conceitos e fenômenos que giram entorno da opressão/violência são importantíssimos, pois de alguma maneira trazem à luz⁹² uma realidade muitas vezes oculta e permitem que as pessoas oprimidas/violentadas nomeiem o seu sofrimento, falem sobre sua dor e lutem para combatê-la.

Ademais, podemos entender o preconceito como uma expressão do medo em diferentes aspectos: medo de conhecer, medo de saber, medo de se contaminar com o diferente. Ideologias são criadas e geram esse sentimento nas pessoas. Dessa maneira, sob a cegueira do estigma, concluem que

“Pobre é tudo bandido. Negro é ruim. Índio é preguiçoso, mulher não presta, ciganos são ladrões, árabes são terroristas. É preciso fazer crescer o medo para que as pessoas ditas de bem matem, açitem, excluam, discriminem, odeiem todos aqueles que não são iguais, seja no modo de vida, ou na servidão voluntária ao capital”⁹³.

Agora, passemos à obra de Antonio Sérgio. Nela, o autor faz uma análise sistemática dos registros de queixas de discriminação racial registradas nas delegacias de Salvador e São Paulo, entre 1993 e 1997, além daquelas publicadas em jornais por todo o país entre 1988 e 1997. Antes de mais nada, é importante pontuarmos que a expressão “queixa” utilizada no livro não é técnica em relação à gramática jurídica. Mais apropriado seria o termo “notícia crime”, mas é certo que o entendimento para o fim aqui almejado em nada é prejudicado. Vejamos.

Primeiramente, o autor traz os conceitos de racismo, de preconceito e de discriminação. O racismo⁹⁴ pode ser referido como doutrina que “prega a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente

⁹¹ Ibid., p. 127.

⁹² Ibid., p. 128.

⁹³ TAVARES, Elaine. **Racismo, preconceito e discriminação**. Artigo. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/04/16/racismo-preconceito-e-discriminacao-por-elaine-tavares/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

⁹⁴ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2004. p. 17.

hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais”, ou como sendo um “corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e de superioridade racial, seja no plano moral, estético, físico ou intelectual” ou, ainda, como “o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura de uma sociedade, que podem ser verificadas apenas estatisticamente”⁹⁵.

Enquanto isso, o preconceito⁹⁶ está relacionado ao sistema de atitudes, propósitos, disposições interiores e crença prévia, podendo se manifestar de modo reservado, público ou verbal; e a discriminação⁹⁷ está relacionada aos comportamentos e ações concretas. Diante desses conceitos, portanto, é possível que uma pessoa seja preconceituosa e, exercendo um autocontrole, não faça discriminação.

Segundo o autor, o Brasil, diferentemente de outros lugares do mundo, como os EUA, é caracterizado pela ausência de conflitos raciais violentos (em termos de uma guerra civil declarada, por exemplo). Tal fato sustentou desde cedo uma suposta “democracia racial”⁹⁸ e isso, juntamente com a generalização⁹⁹ do termo “classe social”, dificultou o reconhecimento do conteúdo racista no nosso país. Esses obstáculos participaram de um longo processo de maturação¹⁰⁰ da consciência brasileira.

Antonio Sérgio trabalha para além da questão ideológica, pois traz a ideia do Brasil como *sociedade de status*¹⁰¹. Para ele é uma “sociedade onde os grupos sociais, inclusive as classes sociais, desenvolveram ‘direitos’ a certos privilégios em relação ao Estado e aos outros grupos sociais”¹⁰², sem esquecer que ainda existe no Brasil privilégios legais e regulamentares. Esse seria o principal veículo do racismo: a ideia de que as pessoas de cor

⁹⁵ Ibid., p. 18.

⁹⁶ Ibid., p. 18.

⁹⁷ Ibid., p. 18.

⁹⁸ Ibid., p. 20-21.

⁹⁹ Ibid., p. 21.

¹⁰⁰ Ibid., p. 22.

¹⁰¹ Ibid., p. 25.

¹⁰² Ibid., p. 25.

podem ser tratadas como inferiores¹⁰³.

A certo momento o autor cita algumas leis que abordam os crimes de preconceito e, especificamente, de racismo para abordar alguns casos concretos. Analisando um deles¹⁰⁴, julgado na justiça de São Paulo, constatou que diante de um racismo do tipo verbal por ofensa à cor o juiz relaxou a prisão; e que posteriormente o TJSP interpretou no sentido de desclassificar para crime contra a honra, num argumento de “assim quis o legislador”. Dessa maneira, Antonio defende duas¹⁰⁵ teses: a Lei nº 7.716/89¹⁰⁶ limita-se a casos explícitos, deixando escapar os casos sutis, ou seja, a maior parte dos casos; e essa lei é inoperante pois muitas interpretações desclassificam o crime de racismo para crime contra a honra; além disso, é inoperante, pois os verbos do tipo penal geralmente acontecem em contexto muito velado.

O mais notado crime racial no Brasil pela pesquisa foi o preconceito na forma verbal¹⁰⁷, justamente a modalidade que serve de pretexto para, muitas vezes, desqualificar o crime¹⁰⁸, como vimos no caso mencionado acima. Dentro do tipo verbal de discriminação os mais comuns são¹⁰⁹: a discriminação de alguém pelo fato de que sua cor ou aparência o tornam suspeitos de crimes ou de comportamentos antissociais que não perpetraram, nem viria a perpetrar; a injúria racial, seja para diminuir a autoridade ou desmoralizar alguém; e a injúria racial como forma de não reconhecimento da posição social da vítima, limitando seus desempenhos em diversos aspectos da vida.

Na obra o escritor reflete também sobre a questão da “democracia racial”, mostrando a existência dessa crença não só em normas, como a Lei nº 7.716/89, mas também em decisões

¹⁰³ Ibid., p. 26.

¹⁰⁴ Ibid., p. 33-36.

¹⁰⁵ Ibid., p. 35-36.

¹⁰⁶ BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

¹⁰⁷ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2004. p. 20.

¹⁰⁸ Ibid., p. 37.

¹⁰⁹ Ibid., p. 37.

jurídicas. É válido expormos o seguinte trecho:

“A tradição de ausência de segregação legal, conhecida como ‘democracia racial’, fez com que se desenvolvesse uma etiqueta racial na qual o tratamento racial desaparece, tornando-se mesmo ofensivo e indelicado classificar racialmente as pessoas. Se um negro pertence ao mesmo meio social do branco, o que pode ser percebido pelos outros diversos marcadores, chamar alguém de negro ou preto é ofensivo, posto que significa classifica-lo de uma maneira explicitamente racial (e não através de marcadores culturais e socioeconômicos)”¹¹⁰.

Sobre a pesquisa das queixas nas delegacias, o autor analisa diversos aspectos: tipos de queixa, tipo de direito desrespeitado, tipo de discriminação, categoria de ocupação da vítima, *status* social de ocupação da vítima, sexo da vítima, ano da queixa, faixa de idade.

É interessante a comparação¹¹¹ que ele faz daquelas ocorridas na delegacia de São Paulo com as publicadas na imprensa. Diversos dados que nos fazem refletir foram extraídos: os números de queixas publicadas nos jornais são ¼ menores em relação à delegacia, sendo que a maior parte das queixas apresentadas na delegacia (ofensas raciais verbais) não aparecem na grande imprensa; o que mais aparece no jornal é caso de violência e abuso do direito de ir e vir, casos de destrato e de discriminação ao consumidor negro, casos de discriminação em condomínios e casos de propaganda racista; os homens acessam muito mais a imprensa do que mulheres; o acesso à imprensa é restrito etc. Ao final, pela pluralidade das características, concluiu que tais dados específicos podem servir como dados gerais do Brasil.

Num capítulo dedicado à análise da restrição¹¹² de direitos individuais devido à discriminação racial (547 matérias publicadas entre 1989 e 1994 foram utilizadas, sendo 201 casos de discriminação racial que vitimaram 296 negros), Antonio Sérgio, cola em seu livro alguns casos noticiados pela grande imprensa: um jogador de futebol que apanha como ladrão; uma jornalista que é vítima de racismo; um vereador que é vítima de preconceito racial; uma cantora de ópera que é barrada em prédio no Flamengo por ser negra; uma pessoa negra que foi presa por racismo; um hotel acusado de racismo; uma aluna que acusa racismo;

¹¹⁰ Ibid., p. 38.

¹¹¹ Ibid., p. 139-146.

¹¹² Ibid., p. 89-138.

um comerciante acusado de racismo; uma empregada negra que ganha indenização por racismo.

Outro dado que consideramos importante é sobre a geografia¹¹³ do racismo e do anti-racismo no Brasil: 51% dos casos de discriminação racial no país são noticiados por apenas 8 jornais de 4 capitais: 3 do Rio de Janeiro, 3 de São Paulo, 1 de Brasília e 1 de Belo Horizonte. Nos parece pouco. Além disso, diante do tamanho das localidades, da população total, da população negra e das grandes diferenças de casos entre os locais (por exemplo, Salvador, com uma população preta 1/3 maior que o Rio de Janeiro, tem menos casos que o Rio), podemos ter como hipótese o maior ativismo negro, o não conformismo, etc. em diferentes locais do Brasil.

Sobre as delegacias de Salvador, na análise¹¹⁴ de 31 boletins de ocorrência de queixas, foram observadas muitas incongruências na forma como foram registradas. O autor percebe que as autoridades legais não simpatizam com elas e traz dois argumentos para isso: a grande maioria da discriminação que afeta os direitos do consumidor é desclassificada; e as queixas que ele identificou como crimes contra a honra foram classificadas, curiosamente, como crimes de discriminação.

Devemos mencionar também a constatação do autor sobre a nossa cultura racista de longa data:

“a importância das diferenças de *status* (posições sociais) no Brasil tem se reproduzido desde a colonização, através do sistema de castas escravistas e, mais tarde, do clientelismo rural ou urbano, resistindo à espantosa urbanização e industrialização do país nos últimos cinquenta anos; para não falar da sua resistência às mudanças de sistema e de regime políticos”¹¹⁵.

Portanto, entendemos que o racismo no Brasil é estrutural (falaremos sobre isso

¹¹³ Ibid., p. 110-118.

¹¹⁴ Ibid., p. 40-44.

¹¹⁵ Ibid., p. 25.

detidamente no próximo capítulo). O próprio sistema¹¹⁶ de desigualdades raciais se encarrega de reproduzir a inferioridade social, bastando para tanto que a pessoa nasça e se socialize em uma família típica de sua situação racial.

De maneira geral, podemos perceber que resultados das pesquisas empíricas contidas no livro desnudam (pois em muitos casos é velado, aceito como normal) o racismo presente até hoje no Brasil e informa debates necessários. Houve uma publicização e judicialização do tema do preconceito e da discriminação em comparação aos anos anteriores e este trabalho demonstra isso. Tal ocorrência decorre de vários fatores: normas, como a Constituição de 1988, organização de grupos, delegacias especiais, rapidez na comunicação (internet) etc. Não podemos esquecer que os 100 anos da abolição e os 300 anos da morte de Zumbi energizaram o assunto. Assim, a estrutura hierárquica brasileira tomou maior visibilidade¹¹⁷.

Por último, sobre a solução para esses problemas, Antonio Sérgio argumenta que

“a tarefa de mudar o Brasil é tão gigantesca quanto quixotesca se não há objetivos precisos, problemas com vítimas e responsáveis, soluções exequíveis, ainda que ‘menores’. E as questões não podem ser tantas que as desqualifiquem todas como irremediáveis (...) para combater o racismo e para reduzir as desigualdades econômicas, precisamos, antes de tudo, denunciar as distâncias sociais que as naturalizam, justificam e legitimam”¹¹⁸.

2.3 ABORDAGEM JURÍDICA

No aspecto jurídico comentaremos sobre alguns artigos a respeito do preconceito e especialmente sobre a sua manifestação no mundo concreto: a discriminação.

Segundo Márcio Túlio Viana, em seu artigo “Os dois modos de discriminar e o futuro do direito do trabalho”¹¹⁹, “pode-se discriminar ferindo regras, mas também com as próprias

¹¹⁶ Ibid., p. 18-19.

¹¹⁷ Ibid., p. 83-87.

¹¹⁸ Ibid., p. 27.

¹¹⁹ RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio. **Discriminação: estudos**. São Paulo: LTr, 2000. p. 321-328.

regras”¹²⁰. Se a norma que emana do princípio da igualdade, por exemplo, for violada, haverá a discriminação do primeiro tipo. É geralmente a mais chocante, pois está fora do contexto constitucional/legal. Quanto ao segundo tipo, a própria norma discrimina e, em muitos casos, passa despercebida por ser inerente ao que está posto.

Essa reflexão é muito importante para nós do direito termos um pensamento crítico a respeito das normas jurídicas que tanto estudamos. Devemos reparar a estrutura do direito e não só o seu conteúdo, tendo em mente que as normas não são somente fruto dos legisladores. Por exemplo, o direito do trabalho de certa maneira não questiona a estrutura, o jogo, na medida em que apenas ameniza algumas injustiças, tentando corrigir a oposição de forças: ele cria algumas desigualdades para compensar¹²¹ outras. Nesse sentido, o direito do trabalho é ambivalente, pois serve o oprimido e também o opressor, legitimando o sistema. E o motivo disso a história pode nos dizer: a história dos sindicatos, da exploração do trabalho, dos modos de produção, das crises, da terceirização etc.

Para o autor, um dos problemas¹²² da terceirização que vivemos é que os tribunais tendem a equiparar só as funções de trabalho idênticas. Além de que há a formação de uma massa trabalhadora periférica ao redor geralmente da grande empresa. Portanto, não somente o trabalho hoje é dividido, fragmentado, mas o coletivo também. E isso enfraquece os movimentos que porventura irão (re)adquirir direitos. E assim, a ordem jurídica acompanha¹²³ a fragmentação do universo operário de maneira muito bem articulada.

Segundo o escritor, a discriminação está em toda parte, até no sonho com a casa própria, que é comum na nossa sociedade. E ela obviamente tem várias causas, além da questão econômica. A seguir, uma abordagem sobre algumas delas:

“Poucas décadas atrás, os negros americanos não podiam sequer se sentar em certos bares, e foi preciso que começassem a fazê-lo em massa, meio à força, para que a lei

¹²⁰ Ibid., p. 321.

¹²¹ Ibid., p. 322.

¹²² Ibid., p. 324.

¹²³ Ibid., p. 327.

se transformasse. Desde crianças, nos contos de fada, as mulheres aprendem a ser cinderelas e não príncipes valentes. No Aurélio, há 19 nomes compostos com a palavra ‘mulher’, e só um, ‘mulher de César’, não tem sentido pejorativo (...) Em geral, elas são faxineiras, secretárias, cozinheiras, costureiras, ou seja, exercem tarefas análogas às que desempenham no lar, e tão desvalorizadas como estas. No Brasil, recebem em média, apenas 30% do salário pago aos homens e, no mundo, representam 70% dos pobres e 2/3 dos analfabetos. Não é à toa que a pobreza é um substantivo feminino. (...) [agora, sobre a opressão contra deficientes] Em geral, quando vemos um deles, o que nos chama a atenção não é a pessoa, mas a deficiência (...) As quotas legais têm sua razão de ser por isso também. As empresas grandes fogem desse problema, se eximem, na medida em que terceirizam”¹²⁴.

Em “Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação”¹²⁵, Roger Raupp Rios e Rodrigo da Silva buscam examinar esses tipos de específicos de discriminação, acreditando que essas modalidades devam ser traduzidas e enfrentadas pelo direito para que a igualdade seja de fato alcançada, na medida em que há insuficiência¹²⁶ de meios normativos internacionais e nacionais que lidam com o assunto. Vejamos as partes que reportamos mais importantes do artigo.

Apesar da insuficiência de meios normativos, a reflexão/compreensão a respeito desse tema tem sido desenvolvida pela formação de um campo¹²⁷ próprio: o direito da antidiscriminação, que surge de “reivindicações políticas e demandas judiciais que defendem o direito de igualdade como mandamento antidiscriminatório”¹²⁸. Portanto, nesse campo de conhecimento jurídico busca-se entender as causas da discriminação, elencar os critérios que irão caracterizar a discriminação proibida, construir conceitos, identificar entraves etc.

Dentre tantos, um dos problemas é técnico-jurídico, pois há controvérsias¹²⁹ conceituais presentes nos textos legais, como ocorre com os termos discriminação múltipla, discriminação aditiva, discriminação composta e discriminação interseccional.

¹²⁴ Ibid., p. 324-326.

¹²⁵ RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. **Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro – 2015, p. 11-37.

¹²⁶ Ibid., p. 31.

¹²⁷ Ibid., p. 11.

¹²⁸ Ibid., p. 14.

¹²⁹ Ibid., p. 12.

Para melhor esclarecer a discriminação interseccional, os autores expõem primeiramente o conceito jurídico de discriminação:

“Conforme os instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, em especial a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (Nações Unidas, 1965), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Nações Unidas, 1979) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (Nações Unidas, 2006) (todos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro), tem-se por discriminação ‘qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural ou em qualquer campo da vida pública’ (Brasil, 2009). A esse conceito, acrescenta-se a lista de critérios proibidos de discriminação, que atenta para manifestações específicas de discriminação, tais como gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, deficiência e idade (Fredman, 2011, p. 38)”¹³⁰.

No Brasil¹³¹, utilizamos a técnica da lista exemplificativa, aberta à inclusão de novos critérios para a proibição da discriminação.

Outro problema que destacamos é a relutância¹³² dos tribunais em reconhecer a interseccionalidade da discriminação em hipóteses que lançam mão do critério sexual. Não é à toa que foi no berço do feminismo negro¹³³ onde surgiu essa expressão e primeiro se discutiu esse tipo de manifestação opressora.

Nessa altura, é válido comentarmos sobre a abordagem que o artigo traz sobre o feminismo e, especialmente, sobre o feminismo negro.

“O movimento político feminista propõe o enfrentamento das relações de poder baseadas no gênero e subordinação das mulheres pelos homens (Brah, 2006, p. 342), em que há disseminação da ideia de que as mulheres são sujeitos inferiores na sociedade (Dorlin, 2009, p. 13). Como decorrência, o feminismo denuncia as diferenciações injustas entre homens e mulheres, assumindo essas o protagonismo diante da exploração e opressão sexistas pela luta contra o patriarcado (Hooks, 2000), expressão do domínio masculino (Piscitelli, 2008, p. 264)”¹³⁴.

¹³⁰ Ibid., p. 12-13.

¹³¹ Ibid., p. 13.

¹³² Ibid., p. 15-16.

¹³³ Ibid., p. 19.

¹³⁴ Ibid., p. 16.

Nesse contexto, é importante nos atentarmos para o fato de que o próprio movimento, no seu início, acabou por ser excludente¹³⁵, pois os primeiros discursos feministas se restringiam a um discurso da mulher branca, burguesa, de classe média e dona de casa; como se todas as mulheres oprimidas tivessem esse perfil. Tal generalização blindou por certo tempo o reconhecimento de práticas discriminatórias que atingiam a coletividade das mulheres negras. Até que, por fim, diversos outros critérios¹³⁶, como raça, classe, nacionalidade, sexualidade etc. passaram a integrar o discurso feminista. Portanto, para os autores, não basta falar em “discriminação racial e a discriminação sexual, pois a injustiça sofrida por mulheres brancas é diversa daquela vivida por mulheres negras, assim como a discriminação experimentada por homens negros e por mulheres negras não é a mesma”¹³⁷. É preciso enxergar para além¹³⁸ da abstração, ou seja, o concreto de modo singular.

Para ilustrar essa diferença dentro do gênero, os autores trazem um dado de 2011 do Ipea: “mulheres negras pobres ocupam quase o dobro das atividades manuais e domésticas em comparação com as mulheres brancas, assim como recebem os menores salários”¹³⁹. Isso tudo sem falar do padrão¹⁴⁰ estético de beleza baseado na branquitude, que corrobora para a discriminação entre as próprias mulheres.

Agora, passemos à elucidação dos conceitos. A discriminação interseccional muitas vezes é tida como uma subdefinição do conceito de discriminação múltipla, uma vez que é também motivada por mais de um critério, assim como a discriminação aditiva e a discriminação composta, no entanto:

“A discriminação aditiva e a discriminação composta atrelam-se a uma perspectiva quantitativa (onde a discriminação em causa é considerada a soma de discriminações diversas), a discriminação interseccional vincula-se a uma perspectiva qualitativa (na qual o fenômeno discriminatório é percebido como uma nova e específica forma

¹³⁵ Ibid., p. 16.

¹³⁶ Ibid., p. 17.

¹³⁷ Ibid., p. 13.

¹³⁸ Ibid., p. 18.

¹³⁹ Ibid., p. 13.

¹⁴⁰ Ibid., p. 17.

de discriminação, distinta da mera adição de critérios)”¹⁴¹.

Ainda, a discriminação aditiva difere da composta, pois nesta a discriminação ocorre ao utilizar mais de um critério proibido simultaneamente (na mesma situação), enquanto que naquela a discriminação ocorre ao utilizar os critérios proibidos em momentos diferentes.

Por outro lado, a discriminação interseccional ocorre quando mais de um critério proibido interage sem a possibilidade de decomposição¹⁴² deles, fazendo necessária uma análise contextualizada, dinâmica e estrutural.

Por último, os autores traçam algumas normas/sistemas¹⁴³ nacionais e internacionais que lidam com a discriminação, mas, como já mencionamos, os meios normativos são insuficientes para tratar da complexidade da discriminação. O que se percebe é a introdução lenta do assunto aprofundado no cenário jurídico. As normas falam das múltiplas formas de discriminação e, quando muito, da discriminação múltipla, sem adentrar na diversidade das suas compreensões (interseccional, aditiva e composta).

¹⁴¹ Ibid., p. 23.

¹⁴² Ibid., p. 24.

¹⁴³ Ibid., p. 25-30.

3. DO PRECONCEITO INSTITUCIONALIZADO

3.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE O PRECONCEITO INSTITUCIONALIZADO E O CASO BRASILEIRO

As sociedades possuem formas de organização, tendo por um de seus objetivos o comportamento de seus indivíduos a partir de suas pretensões (controle social). Coagindo as pessoas de diversas maneiras, introduzem os seus valores, buscando manter a ordem. E tal controle é exercido também por meio das instituições, que vão tipificar não só condutas, como atores¹⁴⁴ individuais.

Desse modo, o termo “instituição”¹⁴⁵ basicamente quer dizer as regras do jogo, os princípios formais que dizem como a sociedade deve funcionar em relação a alguma questão. Embora construídas e mantidas pelos indivíduos, elas assumem a aparência de uma realidade impessoal e objetiva. Além disso, pode-se dizer que são consequências da cultura, da imposição de grupos, da disputa de interesses; resumindo: da história construída – falaremos mais sobre isso adiante. O que é instituído é aquilo que é estabelecido, criado, corporificado de alguma maneira. Lembra-nos algo coletivo, pelo menos no aspecto indicativo.

É que as ações humanas seguem padrões de comportamento a partir de certa repetitividade dos grupos de indivíduos. E essa repetição, esse *fit in* social, externa à sua consciência, passa a ser sua condição de existência/identidade.

“Essa heteronomia, portanto, pauta e define aqueles que detêm condições ou não de participar da vida social por diversos mecanismos de *inclusão/exclusão*. Daqui desdobram-se conceitos como *O homem médio* e o *senso comum*, que ao longo da evolução de literatura especializada fora adquirindo uma conotação pejorativa. Em

¹⁴⁴ MARCANTONIO, Jonathan Hernandes. **Direito e controle social na modernidade**; São Paulo: Saraiva, 2013. p. 189.

¹⁴⁵ Segundo W. Richard Scott, “As instituições consistem de estruturas cognitivas, normativas [sistemas simbólicos] e reguladoras, e de atividades que provêm estabilidade e sentido para o comportamento social. As instituições são transportadas por vários suportes – culturas, estruturas e rotinas – que operam em múltiplos níveis de jurisdição”. FREITAS, Paulo A. S. **Teoria Institucional Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.dep.ufscar.br/blog/iod/wp-content/uploads/2009/12/1.3-SCOTT.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

todo caso, a sociedade se estrutura por mecanismos e moldes de adequação e controle sociais representando, *a priori*, uma forma de assegurar o desenvolvimento daquele ordinário, que se mantém na ordem, ou seja, *os normais*, e identificar e remoldar os *desordenados*, que não se comportam conforme as ordens, ou seja, *os anormais*”¹⁴⁶.

São instituições o estado (maior instituição social; possui o monopólio do uso da força denominada legítima; o direito faz parte da instituição estado), a família, a igreja, a escola, a propriedade privada, a escravidão... Há diversas instituições existindo e exigindo dos indivíduos de modo simultâneo dentro de uma sociedade. Algumas são paralelas que se cruzam, na medida em que convivem e têm influência entre si. Por exemplo, a escravidão foi uma instituição que influenciou muitas outras e isso gera reflexo na polêmica entorno da política de ação afirmativa.

Da mesma maneira que algumas combinam entre si, outras não. Por isso que, dependendo da regra do jogo, do contexto, do ambiente, o comportamento das pessoas muda, se adaptando à determinada situação. E a sanção que muitas vezes acontece se tais regras não forem seguidas não é garantia do funcionamento institucional. Esse tipo de questão, assim como se as instituições são justas, é muito discutido na filosofia política normativa e na sociologia.

O preconceito dito instituído, institucionalizado, é aquele que se tornou uma instituição, na medida em que está inserido/incorporado a outras e porque é discurso construído (tem objetivos normativos e não é neutro). Segundo as ideias de Foucault,

“As práticas discursivas são concebidas como instituições, pois têm uma realidade material e disparam efeitos, tais como: lutas, processos de servidão e dominação; jogo de palavras composto de perigos e de relações de poder, produção de saberes e difusão destes em espaços institucionais, captura das ações em regimes de força, domesticação da multiplicidade em arquivos de uma escrita biográfica e o estabelecimento de relações entre acontecimentos díspares.”¹⁴⁷.

¹⁴⁶ MARCANTONIO, Jonathan Hernandes. **Direito e controle social na modernidade**; São Paulo: Saraiva, 2013. p. 176.

¹⁴⁷ LEMOS, Flávia C. Lemos; CARDOSO JÚNIOR, Hélio R. **A genealogia em Foucault: uma trajetória**. Artigo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017. p. 356.

Para Carmichael¹⁴⁸ (militante do Partido dos Panteras Negras) no Congresso Dialética da Libertação, o racismo individual “consiste em atos abertos por parte dos indivíduos, com o resultado normalmente imediato” e o racismo coletivo ou institucional “é menos aberto, mais sutil, menos identificado em termos dos indivíduos específicos que cometem os atos, mas não menos destrutivo para a vida humana; trata-se da operação geral de forças aceitas e respeitadas na sociedade, e assim, não recebe a condenação aplicada ao primeiro tipo”. Essa definição serve a nós para qualquer tipo de preconceito e discriminação, não só a racial.

Dessa maneira, percebe-se que o preconceito é um mecanismo com capacidade de atuar em todas as esferas da vida. As suas múltiplas espécies (de gênero, de cor, de classe, de orientação sexual etc.) têm lugar não só nas esferas individuais e coletiva, mas também em

“imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas de homens e de mulheres, nos gestos, nos espaços, singularizando-os e atribuindo-lhes qualificativos identitários, hierarquias e poderes diferenciais, diversamente valorizados, com lógicas de inclusões-exclusões consequentes, porque geralmente associados a situações de apreciação-depreciação/desgraça.”¹⁴⁹.

E isso, ao mesmo tempo em que constrói estereótipos estigmatizados, elege perfis aceitos pela sociedade opressora. Por exemplo, juventude, magreza, cabelo liso, cor da pele branca etc. Além disso, principalmente quando se trata de uma opressão sexista, estão presentes atributos ligados à sensualidade, à exuberância erótica, evidenciado a vulnerabilidade e manipulação dos componentes do preconceito contra a mulher. Tal fator torna a situação para as mulheres não brancas ainda pior¹⁵⁰ em relação às mulheres brancas. Eis o preconceito que culmina na discriminação múltipla e interseccional, espécies comentadas no capítulo anterior. Portanto, é muito importante ressaltar esse aspecto do preconceito institucionalizado, pois é também nesse sentido que ele normatiza: criando um padrão e deixando de fora qualquer outra possibilidade.

¹⁴⁸ ALMEIDA, Kauan. **Apontar o racismo, indicar o racismo e dar nome aos atos: confrontemos!** 2017. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/09/29/apontar-o-racismo-indicar-o-racismo-e-dar-nome-aos-atos-confrontemos/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁴⁹ BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Estudos feministas, 1/2002, p. 127.

¹⁵⁰ Ibid., p. 127.

Ademais, é comum que pessoas preconceituosas não o manifestem declaradamente, pois têm vergonha e pode implicar em críticas e exclusão de grupos. Desse modo, o preconceito aparece de maneira disfarçada¹⁵¹, sendo que racionalmente certos comportamentos poderiam ser qualificados como discriminatórios.

Aqui, vale abrimos um parêntesis para comentar sobre uma expressão de racismo muito recente, que têm gerado grandes repercussões e que teve como resultado a exclusão de grupo. William Waack (apresentador de telejornal) foi afastado¹⁵² do “Jornal da Globo” devido à divulgação de um vídeo seu fazendo comentários racistas. É interessante perceber que quando esse tipo de caso exposto gera tanta polêmica (geralmente quando a expressão da discriminação é evidente) o opressor é excluído, mesmo que os outros componentes do grupo concordem com as afirmações discriminatórias. Não “pega bem”; afeta a imagem do grupo. Parece ser exatamente o que acontece aqui. A Rede Globo soltou uma nota sobre o acontecimento e disse ser “visceralmente contra o racismo em todas as suas formas e manifestações”, no entanto, tal afirmação soa contraditória, uma vez que o racismo é estrutural também na mídia¹⁵³ brasileira: a mídia é branca (por exemplo, das 290 telenovelas realizadas pela Globo, apenas duas¹⁵⁴ contavam com protagonistas negros). E nisso também há violência.

Seguiremos agora com algumas notícias e dados que fundamentam o argumento de que no Brasil o preconceito e a discriminação são institucionalizados. Se a escravidão foi um sistema econômico, o racismo foi e é uma política de estado. Podemos constatar isso por

¹⁵¹ Ibid., p. 128.

¹⁵² **Globo afasta William Waack após comentário racista vazar em vídeo: Apresentador reclama de buzina como "coisa de preto" em imagens e diz não se lembrar do que disse.** 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/09/politica/1510184872_072863.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁵³ HERCOG, Alex. **Muito além do cidadão Waack: o racismo estrutural na mídia brasileira: O caso do apresentador é a ponta do iceberg. A falta de representatividade negra reproduz a exclusão e o racismo no Brasil.** 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/muito-alem-do-cidadao-waack-o-racismo-estrutural-na-midia-brasileira>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁵⁴ MARIA, Carolina. **Uma análise sobre (a falta de) representatividade negra na TV brasileira.** 2017. Disponível em: <<https://seriesporelas.com.br/representatividade-negra-tv-brasileira/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

diversos dados. Manolo Florentino¹⁵⁵, acerca do tráfico negreiro entre a África e o Rio de Janeiro, mediante análise das listagens de entrada de navios negreiros no porto do Rio de Janeiro, dos inventários *post mortem* fluminenses e das escrituras públicas de compra e venda registradas, nos informa que “entre os séculos XVI e XIX, 40% dos quase 10 milhões de africanos importados pelas Américas desembarcaram em portos brasileiros”¹⁵⁶; “nunca menos de 85% dos inventariados eram possuidores de escravos”¹⁵⁷; “em fins da década de 1770 a capitania do Rio de Janeiro possuía 323 engenhos de açúcar”¹⁵⁸; e estimativamente, o Rio de Janeiro recebeu 697.945 africanos¹⁵⁹ entre 1790 e o fim do tráfico legal, em 1830.

Tais dados demonstram que desde a colonização, desde quando o Brasil foi assim batizado, essa opressão existe. E, apesar de ser tão evidente até hoje em nosso país, há quem acredite em democracia racial, de tão difundida a ideologia do branqueamento. Segundo uma pesquisa¹⁶⁰ feita em 2013 pelos peritos da ONU, negros no Brasil são os que mais são assassinados, são os que têm menor escolaridade, menores salários, maior taxa de desemprego, menor acesso à saúde; são os que morrem mais cedo e têm a menor participação no Produto Interno Bruto (PIB); no entanto, são os que mais lotam as prisões¹⁶¹ e os que menos ocupam postos nos governos.

Nesse contexto de preconceito e discriminação racial há argumentos de que a miscigenação no Brasil é fruto também do estupro. A seguir, alguns dados da opressão contra a mulher, especialmente contra a mulher negra, retirados de um artigo publicado no ano passado:

¹⁵⁵ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁵⁶ Ibid., p. 23.

¹⁵⁷ Ibid., p. 28.

¹⁵⁸ Ibid., p. 28.

¹⁵⁹ Ibid., p. 50.

¹⁶⁰ CHADE, Jamil. **Racismo é 'estrutural e institucionalizado' no Brasil, diz a ONU: Para as Nações Unidas, parte da sociedade ainda 'nega a existência' da discriminação e acredita no 'mito da democracia racial'**. 2014. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁶¹ ALMEIDA, Rodolfo; MARINI, Daniel. **Qual o perfil da população carcerária brasileira: Indicadores de gênero, raça, escolaridade e nacionalidade nos presídios e na população brasileira**. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/01/18/Qual-o-perfil-da-populacao-carceraria-brasileira>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

“Em um país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada não se pode tratar essa questão como um tema pontual. O fato de essa violência ser sistemática comprova que existe uma cultura de violência contra a mulher, porque também vivemos em um país em que, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida. Porém, é importante dizer que essa cultura do estupro existe desde o período da escravidão. Mulheres negras escravizadas eram violentadas pelos senhores de escravos e forçadas às mais variadas formas de violências. (...) Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras. Essa tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência. Mulheres negras escravizadas foram violadas sistematicamente no período colonial. E, atualmente, ainda é esse o grupo o mais violentado, também em caso de violência doméstica. Segundo dados da Unicef na pesquisa *Violência Sexual*, o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo.”¹⁶².

Em sintonia a essas informações de violência contra a mulher, em 2015 foi publicada pelo “Mapa da Violência”¹⁶³ uma estimativa sobre o feminicídio em 2013: dos 4.762, 50,3% foram cometidos por algum familiar da vítima; além disso, 1.583 dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex parceiro.

Outro dado impactante sobre o preconceito como expressão de violência é o de que o Brasil mata 1 LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) a cada 25 horas¹⁶⁴, sendo que é classificado como o maior assassino de transexuais e travestis em todo o mundo¹⁶⁵. Tal dado nos faz pensar na hipocrisia e contradição brasileira, pois o nosso país também lidera o ranking mundial na categoria consumo de pornografia¹⁶⁶ transexual.

¹⁶² RIBEIRO, Djamila. **Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso? As mulheres negras foram violadas sistematicamente no período colonial. E, atualmente, ainda são o grupo o mais violentado.** 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cultura-do-estupro-o-que-a-miscigenacao-tem-a-ver-com-isso>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁶³ WASELFISZ, Julio Jacobo. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL.** 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁶⁴ AUN, Heloisa. **Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 25 horas: Neste Dia Internacional Contra a Homofobia (17 de maio), o Catraca Livre evidencia a realidade da população LGBT no Brasil.** 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-lgbts-no-mundo-1-cada-25-horas/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁶⁵ CUNHA, Thaís. **Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais: Segundo ONG europeia, em nenhuma outra nação há tantos registros de homicídios de pessoas transgêneras.** 2016. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁶⁶ BRASIL é o país que mais procura por pornografia trans no RedTube: O país também é o que mais mata trans e travestis no mundo. 2016. Disponível em:

Ainda sobre a demonstração do preconceito institucionalizado no Brasil, o rapper Criolo, já citado anteriormente, numa entrevista ao “Ponte Jornalismo”, após relatar sobre uma situação de racismo enfrentada pelo seu pai, diz:

“Até quando teremos que fazer sala aguardando que os senhores saiam da mesa abastada para recolhermos as migalhas? Só de uma pessoa achar que é melhor do que a outra por causa de cor de pele ou porque mora em determinado lugar da mesma cidade... qualquer outra coisa que você queira falar é inocência. Mas é importante falar. (...) Sensação de pertencimento e identidade parece que quanto mais a gente tem mais a gente sofre, porque mais a gente se revolta em perceber as desigualdades. E aí você tem o advento de todo tipo de situação que entorpece os nossos jovens, seja fisicamente, emocionalmente. (...) O que manda aqui é a violência. A taxa de juros é uma violência. (...) Meu desespero psicológico, minha preocupação era dar orgulho para os meus pais, porque eu sabia que eu ia ser nada. A certeza é de que você vai ser nada. Final da década de 80 numa favela a única certeza que você tem é que você vai ser nada. É muito louco um maninho da quebrada ver o cara da idade dele com três iates, meu. E no bagulho tá dizendo: foi roubado de tal bagulho, mas aí ele vai fazer um acordo e vai devolver tanto e não vai ser preso... aí o moleque da quebrada vira pro outro maluco e fala: caralho, é para eu ir para a escola mesmo? Vocês estão me tirando, porque a sociedade já falou que eu não vou passar dos 13. E se eu passar dos 13, eu não passo dos 17. E se eu por acaso viver, eu vou viver a vida toda o cara me apontando: eu sou um favelado, eu sou filho de marginal ou eu sou trombadinha. (...) agora os programas são assim: mostra a morte mesmo três da tarde, oito da noite, seis da manhã. ‘Aí, é sensacionalismo!’ Lógico que é zoad. Mas o maninho abre a porta e vê o defunto ali, tio.”¹⁶⁷.

Tal desabafo ilustra muito bem a situação opressora não só contra os negros, mas também contra as pessoas que moram na favela. A última frase dessa citação também nos faz refletir bastante e sugere até mesmo um paradoxo entre a mídia sensacionalista, a mídia que banaliza certos assuntos com o intuito de controle social e a triste descrição da realidade.

Em abril deste ano o jornal “Estadão” publicou nova notícia a respeito dos relatórios da ONU sobre a violação dos direitos humanos no Brasil. A resposta/defesa a essa análise periódica (Revisão Periódica Universal) das Nações Unidas foi feita um mês depois. Da notícia, podemos destacar os seguintes dados demonstrativos:

<<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-pornografia-trans-no-redtube/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁶⁷ YOUTUBE. **Criolo: a certeza na quebrada é que você vai ser nada #pontejornalismo**. Vídeo (8min) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YFg8ah7eDMM>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

“Um país com uma discriminação estrutural, intolerante, com altas taxas de violência e até com seu caráter secular ameaçado por pressões de grupos e bancadas religiosos dentro da política. Esse é o panorama que relatores da ONU traçam sobre Brasil, no momento em que o governo começa se preparar para ser sabatinado nas Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos no País. (...) Segundo a entidade, relatores alertaram para a situação dos homossexuais no País. De acordo com o informe, ainda que o Brasil ‘não criminalize atos homossexuais, relatos indicam que ele tem um dos maiores níveis de violência contra lésbicas, gays e bissexuais’. (...) Se o Brasil adota uma postura de liderança no cenário internacional quando fala dos direitos dos homossexuais, a ONU alerta que a realidade doméstica ainda é de problemas. ‘O Congresso criou desafios adicionais aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais’, indicou. Segundo a entidade, ganha apoio entre deputados e senadores ideias que excluam esse grupo do conceito de estatuto da família, enquanto chega a ser proposto o dia do orgulho heterossexual. (...) Um dos temas centrais que será debatido na sabatina é a violência ‘generalizada’ e muitas vezes cometidas pela Polícia Militar e forças de segurança contra minorias. Mas nos dados compilados, a entidade deixa claro que está preocupado com a dimensão racial dessa violência. ‘Dos 56 mil homicídios que ocorrem a cada ano, 30 mil envolvem vítimas de 15 a 29 anos de idade, dos quais 77% são afro-brasileiros’, diz. (...) No que se refere à pobreza, o documento aponta que ainda são os afrodescendentes os mais afetados. De 16 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, 70% são negros. (...) O relatório também aponta que ‘ainda que ações afirmativas tenham sido implementadas com sucesso no Brasil, as desigualdades raciais persistem no sistema educacional’. ‘Se as cotas inicialmente permitiram o acesso à educação universitárias, os custos associados a isso ainda tornam a educação difícil aos estudantes’, aponta. Com base nos informes do Grupo de Trabalho, o relatório aponta que existem ainda preocupações sobre o treinamento de professores e a oposição a ensinar a cultura afrobrasileira nas escolas. (...) Outro grupo que sofre também são os indígenas. Para os relatores da ONU, existe um ‘fracasso do estado em proteger as terras desses povos de atividades ilegais’, enquanto os cortes de orçamento na Funai podem representar uma ameaça.”¹⁶⁸.

Nessa altura da abordagem sobre o preconceito institucionalizado, é importante reconhecer a colaboração das chamadas ciências duras para o estudo das relações humanas. Exemplo disso é o desenvolvimento da neurociência e especificamente um artigo¹⁶⁹ baseado numa pesquisa relacionada à raça, que muito nos faz refletir. Para demonstrar que o preconceito, que a atribuição negativa de valores não nasce com a pessoa, crianças e jovens tiveram os seus cérebros testados e a atividade da amígdala¹⁷⁰ analisada. Constatou-se que quando apareciam imagens de negros essa região era ativada, até mesmo nas pessoas negras.

¹⁶⁸ CHADE, Jamil. **Raio-x da ONU apresenta Brasil como país com 'discriminação estrutural': Dados serão usados para sabatina do Brasil em sua política de direitos humanos, em maio nas Nações Unidas**. 2017. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,raio-x-da-onu-apresenta-brasil-como-pais-com-discriminacao-estrutural,70001746424>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁶⁹ TELZER, Eva et al. **Amygdala sensitivity to race is not present in childhood but emerges over adolescence**. Journal of cognitive neuroscience. 25:2, p. 234-244.

¹⁷⁰ AMARAL, Júlio Rocha do; OLIVEIRA, Jorge Martins de. **Sistema Límbico: O Centro das Emoções**. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n05/mente/struct.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Nas crianças esse campo não era ativado, enquanto nos adolescentes, sim. Tal estudo poderia ser feito para qualquer tipo de preconceito, uma vez que as amígdalas são grandes responsáveis pelas nossas emoções, principalmente pelo nosso medo e ansiedade. É uma região importantíssima do cérebro humano e da própria vida. O problema é ela quando é moldada/direcionada para efetivação do controle social.

O racismo institucionalizado é muito bem demonstrado também em um experimento¹⁷¹ feito pelo governo do estado do Paraná no ano passado, numa campanha contra o preconceito racial. Segundo a própria pesquisa/notícia, tal demonstração reflete a opressão dentro das instituições: afrodescendentes é a maioria dos desempregados (60%) e ganham 36% a menos do que os brancos.

A respeito também das expressões de violência e das condições que formam a ação humana, o documentário “O experimento de Milgram”¹⁷² nos faz pensar, através de dois tipos de experimento realizados. O primeiro demonstrou a capacidade das pessoas, mesmo quando não violentas e mesmo em estado de consciência/sensibilidade para o real, de provocar dor a outras a partir de ordens sem coação, mas embutidas de alguma autoridade; a maioria obedeceu; ao longo da experiência algumas demonstraram culpa e outras não; é nesse ponto que Adolf Eichmann é citado para exemplificar seu caso, que é parecido: em seu julgamento, ele confessou que cometeu todos aqueles crimes à época da 2ª guerra, mas não demonstrou culpa, sob o argumento de ter cumprido ordens, de ter sido um instrumento do nazismo; eis o que Stanley Milgram chama de “estado de agente”, estado alienado. O segundo demonstrou a força/poder de influência que um grupo pode ter em relação a algum indivíduo pertencente a este grupo, mesmo que tal indivíduo não concorde ou sequer entenda a situação.

¹⁷¹ GARCIA, Daniela. **Em vídeo, recrutadores têm reações diferentes diante de negros e brancos**. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/11/17/reacao-de-recrutadores-muda-em-relacao-a-raca-de-pessoas-mostra-video.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁷² NETFLIX. **O experimento de Milgram**. Direção de Michael Almereyda. Produção de Danny A. Abeckaser, Uri Singer, Fabio Golombek, Aimee Schoof, Isen Robbins, Per Melita. Coordenação de Kathryn J. Schubert. Intérpretes: Peter Sarsgaard, Winona Ryder, Taryn Manning, Anton Yelchin, Kellan Lutz, John Leguizamo, Lori Singer, Anthony Edwards, Dennis Haysbert, Josh Hamilton, Jim Gaffigan. Roteiro: Michael Almereyda. Estados Unidos da América, 2015. (90 min.), son., color. Legendado.

Portanto, a reflexão que tiramos é que estes experimentos de Milgram demonstram aquilo que uma sociedade vive. E no Brasil certamente não é diferente. A todo tempo possivelmente as pessoas são influenciadas por grupos e obedecem a ordens de autoridade. Isso é ainda mais propício numa sociedade com tantas instituições, como o estado (e todos os seus aparatos, como o judiciário, o legislativo etc.), a família, a escola. Os argumentos de autoridade – em muitos casos aqueles que coincidem com os da elite, da classe dominante – acabam sendo seguidos/concretizados. É também neste sentido que entendemos que os discursos de preconceitos e, conseqüentemente, as discriminações injustas acontecem na nossa sociedade. E muitas delas, como se percebeu, ocorrem inconscientemente.

Por fim, o controle é fragmentado, na medida em que é exercido pelos próprios indivíduos que compõem a sociedade, numa coercibilidade coletiva. Neste ponto, cabe colocar as palavras de Jonathan Hernandez Marcantonio sobre a microfísica do poder de Michel Foucault:

“O universo das particularidades se apresenta tão disciplinarmente coercitivo que já não necessita mais de todo o aparato do Estado para se constituir. O controle moderno, nesse sentido, se manifesta em sua integralidade de maneira fragmentada – em diversas partes que são as perspectivas constituídas pela realidade, e não só pelas instituições. Os planos teóricos de justificação, as práticas sociais e econômicas se desdobram como universos distintos, mas são todas de natureza *micro*, pois compõem partes do corpo da Modernidade. Antes da norma jurídica, a modernidade institui o *normal*, um plano de naturalidade e de predisposições ditas naturais em todas as esferas citadas, e é a partir de sua lógica intrínseca que a Modernidade exhibe, misteriosa e sensualmente, a parte mais cobiçada e preciosa de seu corpo: o controle.”¹⁷³.

3.2 DO DIREITO E DO PRECONCEITO

Sabemos que as diversas espécies de preconceito, como todas as citadas no subcapítulo anterior, assim como as suas manifestações (discriminações) não são novas. A violência/opressão não é algo novo. No entanto, há novidade nas preocupações com relação a vários desses temas, na medida em que há certa publicização (temos a impressão de que antes

¹⁷³ MARCANTONIO, Jonathan Hernandez. **Direito e controle social na modernidade**; São Paulo: Saraiva, 2013. p. 198.

não se falava muito sobre) e judicialização do assunto. É estranho pensar que o direito busca evitar, coibir, sancionar alguns tipos de preconceito e discriminação, sendo que são tão manifestados em nossa sociedade até hoje. Faz-nos refletir sobre a força normativa das leis, por exemplo.

A discussão acerca desses temas a certo momento saiu do anonimato para o direito. Sobre a prevenção/punição¹⁷⁴ ao racismo, a Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390/51)¹⁷⁵, pioneira no Brasil, considerou “contravenção” quaisquer tipos de preconceitos de raça ou de cor; a partir de outubro de 1955, passou a ser ‘crime de genocídio’ a destruição de qualquer grupo nacional étnico, racial ou religioso (Lei nº 2.889/56¹⁷⁶); e, de acordo com lei posterior (Lei nº 7.170/83¹⁷⁷), constitui-se crime contra a Segurança Nacional qualquer forma de propaganda ou expressão de discriminação racial; com a Constituição de 1988¹⁷⁸, preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV), tais como a prática do racismo, constituíram-se juridicamente em “crimes inafiançáveis e imprescritíveis”, sujeitos à pena de reclusão nos termos da lei (art. 3º, XLII); os movimentos sociais fizeram a legislação sentir, pois, de 1988 a 1997, a lei recebeu várias emendas abrangentes que incluem um leque enorme de outras formas e expressões de discriminação (como as que se observam no trabalho); em janeiro de 1989 foi promulgada a Lei nº 7.716¹⁷⁹, conhecida como Lei Caó que criminaliza as condutas antes consideradas contravenção, além de criar outros tipos penais; em julho de 2010 foi sancionado o Estatuto da Igualdade Racial¹⁸⁰ (após quase 10 anos de tramitação no Congresso Nacional).

¹⁷⁴ BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Estudos feministas, 1/2002, p. 121-122.

¹⁷⁵ BRASIL. Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951. **Lei Afonso Arinos**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-norma-pl.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁷⁶ BRASIL. Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956. **Define e pune o crime de genocídio**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2889.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

¹⁷⁷ BRASIL. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. **Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7170.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

¹⁷⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 02 set. 2017.

¹⁷⁹ BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

¹⁸⁰ BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial, altera as Leis nos**

No que tange a opressão sexista, podemos destacar algumas normas: em fevereiro de 1932, por meio do Código Eleitoral Provisório (Decreto 21076), durante o governo de Getúlio Vargas, o voto¹⁸¹ feminino foi assegurado no Brasil, após intensa campanha pelo direito das mulheres ao voto. Assim, em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a mulher brasileira, pela primeira vez, em âmbito nacional, votou e foi votada¹⁸²; em agosto de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340¹⁸³, conhecida como Lei Maria da Penha, visando incrementar e destacar o rigor das punições para a violência doméstica e familiar contra a mulher; mais recente ainda, em 2015, foi sancionada a Lei nº 13.104¹⁸⁴, a Lei do Feminicídio, classificando-o como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menoridade, na presença de filhos etc.).

A respeito da violência contra LGBTs, não há nenhuma norma específica no âmbito nacional brasileiro que tutele este grupo tão oprimido. Dessa maneira, toda violência contra eles é julgada como qualquer outra. No entanto, podemos destacar a Lei nº 10.948/01¹⁸⁵, do estado de São Paulo, que dispõe sobre algumas penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão da orientação sexual.

7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

¹⁸¹ CALDEIRA, João Paulo. **A conquista do voto feminino, em 1932.** 2014. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁸² Tribunal Superior Eleitoral (Brasil). **Há 80 anos mulheres conquistaram o direito de votar e ser votadas.** 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁸³ BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

¹⁸⁴ BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em 13 nov. 2017.

¹⁸⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 10.498, de 05 de novembro de 2001. **Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>>. Acesso em 13 de nov. 2017.

Sobre os compromissos internacionais assumidos pelo estado brasileiro a respeito do preconceito e da discriminação, podemos citar: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis a Mulher (1948), a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953), a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (1958), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), a Convenção nº 100 sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor (1951), a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Ensino (1967), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), a Declaração dos Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais Étnicas Religiosas e Linguísticas (1992), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999), a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).

Apesar de todas essas normas, é válido citar a seguinte perspectiva:

“(...) a diversidade do real – as diferenças, objeto de diabolização, seja por excesso, seja por ignorância – na maioria das vezes convive à margem dos procedimentos jurídico-legais, pois essas diferenças não são percebidas como relações discriminatórias pela lei, que exige não apenas evidências, mas também a presença da ‘prova’”¹⁸⁶.

Agora, antes de comentarmos sobre algumas decisões judiciais contra o preconceito e a discriminação, é válido mencionar também alguns mecanismos do sistema de proteção, como a criação de delegacias especializadas, de núcleos especializados na defensoria de

¹⁸⁶ BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Estudos feministas, 1/2002, p. 122.

discriminação e proteção dos direitos humanos, de procuradorias (no âmbito federal e regional) dos direitos do cidadão etc.

Vejamos algumas decisões. Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu¹⁸⁷ a união estável para casais do mesmo sexo em virtude da garantia constitucional de não-discriminação em função de sexo, raça, cor ou preferência sexual. Pela decisão do Supremo, os homossexuais passam a ter reconhecido o direito de receber pensão alimentícia, ter acesso à herança de seu companheiro em caso de morte, podem ser incluídos como dependentes nos planos de saúde, e poderão adotar filhos e registrá-los em seus nomes, dentre outros direitos. No mês seguinte, um tribunal de primeira instância do Estado de São Paulo reconheceu¹⁸⁸ o primeiro casamento civil entre parceiros do mesmo sexo no Brasil. Além disso, em outubro daquele ano, o Superior Tribunal da Justiça criou outro precedente¹⁸⁹ importante ao interpretar que o Código Civil Brasileiro permite o casamento entre parceiros do mesmo sexo. E, em seguida, o CNJ aprovou¹⁹⁰ resolução e consolidou essa decisão do STJ.

Há diversas¹⁹¹ decisões judiciais que estabelecem parâmetros para a repressão ao racismo. Dessas, destacamos decisão do STF relacionada ao antissemitismo¹⁹², coibindo esse tipo de preconceito e discriminação e abordando o termo político-social “racismo”, uma vez que não há subdivisões biológicas na espécie humana.

¹⁸⁷ Supremo Tribunal Federal (Brasil). **Julgamento afasta diferença entre cônjuge e companheiro para fim sucessório**. 2017. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=342982>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁸⁸ Tribunal de Justiça (São Paulo). **Juiz converte em casamento união estável de pessoas do mesmo sexo**. 2011. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Imprensa/Noticias/Noticia?codigoNoticia=10871&pagina=1079>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁸⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resp nº 1183378. Brasília, DF, 25 de outubro de 2011. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 01 fev. 2012.

¹⁹⁰ Superior Tribunal de Justiça (Brasil). **Resolução do CNJ consolida entendimento do STJ quanto ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo**. 2012. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/100514633/resolucao-do-cnj-consolida-entendimento-do-stj-quanto-ao-casamento-civil-entre-pessoas-do-mesmo-sexo>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁹¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Racismo: decisões judiciais estabelecem parâmetros para repressão à intolerância**. 2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/2803870/racismo-decisoes-judiciais-estabelecem-parametros-para-repressao-a-intolerancia>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

¹⁹² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 82.424. Relator: Ministro Moreira Alves. Brasília, DF, 19 de março de 2004. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília.

Devemos recordar também que em 12 de abril de 2012 o STF permitiu o aborto ao descriminalizar a interrupção da gravidez nos casos de fetos anencefálicos (ADPF 54¹⁹³). Dessa maneira, agora há essa nova exceção à proibição do aborto no Brasil, além dos casos já previstos (caso de estupro e quando necessário para salvar a vida da mãe). Vemos essa decisão do STF como positiva. A justificativa para isso se encontra adiante, neste mesmo subcapítulo.

Agora, por outro lado, veremos alguns casos de preconceito e discriminação no direito.

Primeiramente, cabe mencionar que a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel não foi um milagre, pois foi fruto de diversas manifestações e lutas antiescravagistas. No entanto, por muitos é vista como uma libertação também dos senhores de engenho, na medida em que era oneroso manter um escravo. A escravidão, em outros termos, continuou (o controle social foi adaptado). Os negros foram deixados à deriva; estavam livres do trabalho escravo, mas condenados a outro tipo de trabalho forçado, a pretexto de uma liberdade falsificada: as amarras passaram a ser a própria condição de vida e o estigma criado em cima dos negros. Tais argumentos, assim como vários outros que os complementam (como a questão econômica brasileira da época, a política de branqueamento, a europeização etc.), podemos encontrar em “A integração do negro na sociedade de classes”¹⁹⁴, de Florestan Fernandes. Portanto, essa norma seria, em certo aspecto, preconceituosa. Nesse sentido, Rui Barbosa entendeu que a abolição foi uma “ironia atroz”¹⁹⁵ e Luís Gama, que os negros dali em diante tinham a “liberdade de ser infelizes” onde e como quisessem¹⁹⁶.

Nesta passagem, não podemos deixar de comentar sobre o polêmico caso de Rafael Braga¹⁹⁷, jovem negro e pobre que trabalhava catando material para reciclagem no centro do Rio de Janeiro até ser preso pela primeira vez em 2013, em meio às manifestações populares,

¹⁹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF nº 54. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, DF, 07 de abril de 2012. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 07 abr. 2012.

¹⁹⁴ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

¹⁹⁵ Ibid., p. 29.

¹⁹⁶ Ibid., p. 30.

¹⁹⁷ **Campanha pela liberdade de Rafael Braga**. 2013. Disponível em: <<https://libertemrafaelbraga.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

devido à posse de uma garrafa de Pinho Sol e outra de desinfetante, a pretexto de serem materiais explosivos. Desde então Rafael passou a ser “perseguido”. Ficou muito tempo preso, pois o pedido de revogação da prisão preventiva foi negado, posteriormente foi condenado pela primeira instância e em sede de apelação teve a decisão mantida pelo TJ. Recentemente, após sua progressão de regime, ele foi preso novamente e imputado no crime de tráfico pela quantidade de 0,6g de maconha e 9,3g de cocaína (kit forjado pelos PMs). Posteriormente, foi condenado a 11 anos de prisão e teve o seu Habeas Corpus negado pelo TJ; o STJ aceitou o pedido de prisão domiciliar e hoje ele segue assim. Tal caso ilustra muito bem inúmeros outros que são similares no Brasil. A prisão de Rafael Braga a nosso ver é manifestação do preconceito e da discriminação contra negros, pobres e favelados. A prova plantada ocorre comumente e contribui para o encarceramento em massa de pessoas que em sua maioria tem esse perfil¹⁹⁸, sendo que muitas vezes a palavra do policial é suficiente¹⁹⁹ para sustentar uma decisão condenatória (a súmula 70 do TJRJ corrobora com isso, por exemplo).

Aqui, é pertinente falarmos sobre a Lei nº 11.343/06²⁰⁰, conhecida como a Lei de Drogas. Tal corpo legislativo não determina objetivamente a quantidade de droga que caracteriza simplesmente “posse” daquela que caracteriza “tráfico”. E, como sabemos, essa brecha é muito problemática numa sociedade onde há tanto preconceito e discriminação. Através dela a violência policial geralmente toma maiores proporções.

Nesse contexto, chamamos a atenção também para a desumanização causada pelo nosso sistema carcerário. A exclusão social degradante entre muros por causa do crime forma um dos piores estigmas da nossa sociedade. É muito difícil alguém sair recuperado e apto à convivência. As condições são indignas e raramente se conquista de novo a plena cidadania

¹⁹⁸ SILVA, Theuan Carvalho Gomes da. **Nas audiências de tráfico de drogas, o roteiro é quase sempre o mesmo**. 2016. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/08/15/nas-audiencias-de-trafico-de-drogas-o-roteiro-e-quase-sempre-o-mesmo/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

¹⁹⁹ Justiça brasileira condena pessoas em massa com base apenas na palavra do policial. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/03/justica-brasileira-condena-pessoas-em-massa-com-base- apenas-na-palavra-do-policial/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁰⁰ BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Lei de Drogas**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 14 nov. 2017.

(no sentido material).

Devemos nos atentar também para uma regra contida no Código de Processo Penal²⁰¹ que por muitos é entendida como discriminatória, na medida em que separa os detentos durante a prisão provisória: pessoas que têm curso superior não se misturam na cela com aquelas que não têm (cela especial x cela comum). Eis um dos poderes do diploma, mesmo quando engavetado. Em nossa sociedade, o ensino superior é privilégio de pouquíssimas pessoas e sobre ele, com o olhar voltado para a ilusória meritocracia, construiu-se a ideia de único caminho possível para o sucesso profissional. Tal ideologia cria níveis na sociedade e, consequentemente, hierarquias/opressões.

Outro aspecto importante é a questão da representatividade política. Por exemplo, não há a mínima proporção entre a quantidade de negros²⁰² e de mulheres (o nosso país ocupa o 115º lugar no ranking mundial de presença feminina no Parlamento)²⁰³ no Brasil, e as respectivas porcentagens ocupando cargos políticos. Para ilustrar tais afirmações: Paulo Paim (PT) é hoje o único senador negro do país eleito pelo voto direto; e as mulheres têm apenas 10% de cadeiras no Parlamento, enquanto que há mais²⁰⁴ mulheres do que homens na população brasileira.

A representatividade também não existe no ambiente acadêmico, seja na presença física em sala de aula, seja na bibliografia de estudo. É pertinente dizer que nos cursos de direito há muito mais homens professores²⁰⁵ e doutrinadores do que mulheres. Sobre a ocupação de

²⁰¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 14 nov. 2017.

²⁰² Estudo mostra sub-representação dos negros na política brasileira. 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/a-sub-representacao-dos-negros-na-politica-brasileira,bc62c9bbc7f0d5fb665783922e09f29764fx9vmg.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁰³ GANDRA, Alana. **Brasil ocupa 115º lugar em ranking de mulheres na política**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁰⁴ **Porcentagem de homens e mulheres (2015)**. 2015. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁰⁵ BORGES, Priscilla. **Maioria no ensino superior, mulheres ainda estão em desvantagem: Mulheres já superaram homens em número de estudantes, mas a paridade em altos cargos ainda está longe de ser realidade**. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/maioria-no-ensino-superior-mas->

cargos na magistratura, podemos dizer a mesma coisa. Por exemplo, as mulheres ocupam apenas 26,2% dos cargos na magistratura federal²⁰⁶, sendo que ocupam 55% das cadeiras nas faculdades de direito²⁰⁷.

Outras normas que podemos comentar são aquelas que dizem respeito à submissão da mulher. Um exemplo curioso é a expressão “mulher honesta” retirada recentemente (em 2005!) do Código Penal. No mesmo sentido, havia um dispositivo que dizia que se a vítima de violência sexual se casasse com o seu agressor ou com outro homem, o crime simplesmente deixava de existir. Ambas²⁰⁸ as aberrações estavam nos denominados “crimes contra os costumes”.

Outra questão que devemos mencionar é a criminalização do aborto. Para isso, precisamos levar em conta alguns dados: no Brasil um aborto é realizado a cada minuto²⁰⁹ (500 mil mulheres realizaram aborto ilegal em 2015); as mulheres de todas as classes, idades, grupos raciais, religiões e níveis educacionais fazem aborto ilegal²¹⁰; a maior parte²¹¹ delas

longe-dos-cargos-de-chefia/n1597400100786.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁰⁶ NEITSCH, Joana. **Mulheres são apenas 26,2% da magistratura federal: Profissionais do direito apontam que ocupar altos cargos ainda é um desafio feminino**. 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/mulheres-sao-apenas-262-da-magistratura-federal-f3p3x3enzs47wzpei1m9v96w3>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁰⁷ **Mulheres são minoria em apenas cinco carreiras: Entre os cursos de graduação dominados pelos homens estão ciência da computação e engenharias, apontam dados do IBGE**. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/emprego/mulheres-sao-minoria-em-apenas-cinco-carreiras-7216998>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁰⁸ **Faz dez anos que expressão "mulher honesta" foi retirada do Código Penal: Em 2005, penas maiores foram criadas para abusos sexuais contra menores de 18 anos e foi criada a tipificação penal para o crime de tráfico de pessoas. Em vez de "Dos Crimes contra os Costumes", a redação atual é de "Dos Crimes contra a Dignidade Sexual"**. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/484154-FAZ-DEZ-ANOS-QUE-EXPRESSAO-MULHER-HONESTA-FOI-RETIRADA-DO-CODIGO-PENAL.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁰⁹ DINIZ, Debora. **A cada minuto uma mulher faz um aborto no Brasil: Apenas em 2015, 500 mil mulheres realizaram um aborto ilegal, mostra pesquisa nacional inédita**. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/aborto-a-cada-minuto-uma-mulher-faz-um-aborto-no-brasil>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²¹⁰ DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional do Aborto 2016**. Artigo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017. p. 653.

²¹¹ Ibid., p. 653.

tem baixa escolaridade e baixa renda, é negra, parda e índia; esse é igualmente o perfil²¹² da maioria que ocupa o banco das réis; quem é pobre tem a chance muito maior de morrer ao abortar, pois certamente não teve condições de pagar uma clínica clandestina. Considerando tudo isso, a tipificação do aborto enquanto crime parece-nos exprimir diferentes tipos de preconceito e discriminação.

Ainda sobre este tema, é pertinente mencionar que parlamentares conservadores da Comissão especial da Câmara dos Deputados aprovaram²¹³ recentemente um projeto de lei que proíbe o aborto no Brasil em qualquer situação, sem exceção. Tal movimento político demonstra mais uma tentativa de retrocesso no nosso país.

A respeito da homofobia no direito, destacamos a recente decisão²¹⁴ na Justiça Federal do Distrito Federal que concedeu uma liminar que permite que psicólogos possam tratar gays e lésbicas como doentes e fazer terapias de “reversão sexual”, sem que sofram censura ou sanções do Conselho Federal de Psicologia. Outra aberração que viola descaradamente os direitos humanos.

Nesse aspecto, devemos mencionar os debates contra a livre sexualidade no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte e também nas audiências públicas do Projeto de Lei nº 6.583/2103 (Estatuto da Família). Em “Análise do discurso contra a livre sexualidade na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional”²¹⁵, podemos constatar que muitos parlamentares demonstraram preconceito e discriminação em seus argumentos,

²¹² MACIEL, Edgar. **33 mulheres foram presas por aborto em 2014: Em São Paulo, pelo menos sete das presas foram denunciadas por médicos**. 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/33-mulheres-foram-presas-por-aborto-em-2014/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²¹³ AMARAL, Iracema. **Comissão da Câmara proíbe aborto até em casos de estupro: A medida que está gerando controvérsias entre deputados foi aprovada por 19 votos e depende de aval do plenário para entrar em vigor**. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/11/09/interna_politica,915427/comissao-da-camara-proibe-aborto-ate-em-casos-de-estupro.shtml>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²¹⁴ CANCIAN, Natália. **Justiça concede liminar que permite tratar homossexualidade como doença**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1919516-justica-concede-liminar-que-permite-tratar-homossexualidade-como-doenca.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²¹⁵ MACHADO, Lucas Camargo Silva. **Análise do discurso contra a livre sexualidade na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional**. 2017. 110 f. Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

refletindo outra faceta opressora do nosso direito.

É importante também destacar alguns obstáculos de acesso à justiça. Segundo uma reportagem do “Human Rights Watch”, apesar da farta legislação,

“A falta de investigação e responsabilização nos casos de violência doméstica, bem como um insuficiente monitoramento do cumprimento das medidas protetivas, deixam as mulheres no estado de Roraima expostas a risco de novos abusos. Os sérios problemas em Roraima, o estado com a maior taxa de homicídio de mulheres no Brasil, refletem falhas em todo o país na oferta de real oportunidade de acesso à justiça e proteção às vítimas de violência doméstica.”²¹⁶

Outro obstáculo evidente é a questão do impedimento do acesso a algum prédio público que lida com o direito, como os fóruns. Exige-se um traje que muitas pessoas não têm sequer a condição de ter. Que publicidade é essa? Não é tão público assim como as nossas normas preveem. Um exemplo recente foi o impedimento²¹⁷ à entrada dos índios na Câmara dos Deputados para acompanharem a CPI da FUNAI/INCRA. Certamente, por questões políticas a praxe foi mantida e a casa do povo barrou o próprio povo.

Há que se observar também que em muitos casos a distância entre o juiz e as pessoas tuteladas pelo direito sob sua competência/jurisdição é gigantesca. Constatamos isso na falta de tato e olhar vazio de muitos magistrados, além de que alguns não parecem ao menos falar a mesma língua que os indivíduos que integram a sociedade. Tal fato colabora também para a dificuldade de acesso à justiça. A cobrança do CNJ pela quantidade de processos solucionados, em muitos casos, caminha no mesmo sentido.

Agora, por fim, analisaremos duas passagens particulares no contexto do STF. O ministro do STF Luís Roberto Barroso, ao proferir um discurso recente em homenagem ao ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, que recebia o seu retrato para a galeria de ex-presidentes

²¹⁶ **BRASIL: Vítimas de Violência Doméstica Enfrentam Obstáculos no Acesso à Justiça.** 2017. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/video-photos/video/2017/06/21/305528>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²¹⁷ **Mais uma vez, indígenas são barrados na CPI da Funai/Incra.** 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/comentario-do-evangelho/78-noticias/567720-mais-uma-vez-indigenas-sao-barrados-na-cpi-da-funai-incra>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

da Corte, disse: “A universidade (UERJ) teve o prazer e a honra de receber um professor negro, um negro de primeira linha vindo de um doutorado de Paris”²¹⁸. Tal gafe foi tamanha e gerou tanta repercussão, não só no semblante do homenageado, que Barroso, no dia seguinte se retratou emocionado em plenário:

“(…) manifestei-me de modo infeliz (...) não há brancos ou negros de primeira linha, porque as pessoas são todas iguais em dignidade e direitos, sendo merecedoras do mesmo respeito e consideração. Eu, portanto, gostaria de pedir desculpas às pessoas a quem possa ter ofendido ou magoado com esta frase infeliz; gostaria de pedir desculpas, sobretudo, se involuntária e inconscientemente tiver reforçado um estereótipo racista que passei a vida tentando combater e derrotar. Mais de uma pessoa me disse que se eu justificasse a minha fala e pedisse desculpas, eu daria mais visibilidade ao fato. É provável. Mas é sempre boa a oportunidade para enfrentar o racismo à luz do dia, mesmo o que se esconde no nosso inconsciente (...)”²¹⁹.

Além desse caso, há pouco tempo também, no julgamento do RE 612043, a ministra à época presidente do STF Cármen Lúcia, ao conceder a palavra à ministra Rosa Weber, que havia sido interrompida pelo ministro Luiz Fux, declarou:

“Foi feita agora uma análise, só um parêntesis, foi feita agora uma pesquisa – já dou ciência à ministra Rosa –: Em todos os tribunais constitucionais onde há mulheres o número de vezes em que as mulheres são aparteadas é 18 vezes maior do que entre os ministros. (...) E me perguntaram: e lá, como que é? Eu e a ministra Rosa... não nos deixam falar então não somos interrompidas. Mas agora é a vez da ministra Rosa, por direito constitucional, votar. Tem a palavra, ministra”²²⁰.

A constatação da ministra e a violência involuntária/inconsciente da fala de Barroso reforçam ainda mais esta ideia de que no Brasil o preconceito é institucionalizado. É uma instituição que intersecciona outras, até a nossa corte suprema. Se o preconceito se manifesta nas pessoas, certamente ele se manifesta no direito, na medida em que pessoas criam e operam normas/teorias jurídicas.

²¹⁸ MARIZ, Renata. **Barroso chama Joaquim Barbosa de 'negro de primeira linha' em discurso: Ao tentar elogiar ex-presidente da Corte, colega comete gafe e ex-ministro diz que não comentará**. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/barroso-chama-joaquim-barbosa-de-negro-de-primeira-linha-em-discurso-21449394>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²¹⁹ YOUTUBE. **Após chamar Joaquim Barbosa de “negro de primeira linha” Barroso chora e pede desculpas**. Vídeo (2min57seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BdSDM8yr1nU>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

²²⁰ YOUTUBE. **Cármen Lúcia, do STF, dá bronca em Luiz Fux por interromper Rosa Weber**. Vídeo (1min05seg) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E8cIdKn0EDY>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

3.3 RESUMO DE *MEN AGAINST FIRE* DA SÉRIE *BLACK MIRROR*

No Brasil, a tradução de *Men against fire*, título do episódio escolhido da série televisiva *Black Mirror*, é “Engenharia reversa”. Após um momento de reflexão e pesquisa rápida na internet²²¹, dado a minha curiosidade pela tradução não literal, concluí pela sua pertinência e precisão. Engenharia reversa é um método que surgiu em contexto militar e que busca o descobrimento/conhecimento de algo (dispositivo, sistema, objeto) através da análise de sua estrutura, função e operação. Em muitos casos, se dá pela desconstrução da coisa, como acontece com uma máquina que é desmontada para saber como é o seu funcionamento. É um olhar para a história, para as variáveis do passado que construíram o presente.

Desta maneira, esta tradução representa um processo que faz muito sentido na análise da construção social/institucional do preconceito, como se ele fosse um chip implantado na cabeça de cada indivíduo – veremos que isso literalmente ocorre no episódio. E a tomada de consciência acerca do preconceito aconteceria, portanto, através de uma engenharia reversa.

Esta série televisiva²²², escrita e criada por Charlie Brooker, foi transmitida pela primeira vez ao final de 2011 pelo “Channel 4”, do Reino Unido. Recentemente foi adicionada ao “Netflix”²²³ e, certamente, atingiu um número maior de espectadores no Brasil e no mundo, provocando polêmicas, críticas, impactos, discussões, aplausos. Ela pode ser classificada nos gêneros drama, ficção científica e suspense, e possui característica hiper-realista.

²²¹ HAUTSCH, Oliver. **O que é engenharia reversa?** Artigo. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/pirataria/2808-o-que-e-engenharia-reversa-.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

²²² Black Mirror. 2011. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt2085059/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²²³ NETFLIX. **Black Mirror - Men Against Fire**. Direção de Jakob Verbruggen. Produção de Barney Reisz. Realização de Charlie Brooker, Annabel Jones. Intérpretes: Malachi Kirby, Madeline Brewer, Ariane Labed, Sarah Snook, Michael Kelly, Kola Bokinni, Francis Magee, Aruhan Galieva, Simon Connolly, Dean Ashton, Kave Niku, Thomas Thorøe, Loreece Harrison, Toby Oliver. Roteiro: Charlie Brooker. Reino Unido: Zeppotron, House Of Tomorrow, 2016. (60 min.), HDTV 1080i, son., color. Legendado. Série 3ª Temporada - 5º Episódio.

Segundo o próprio criador²²⁴, *Black Mirror* é uma caixa de chocolates amargos sortidos, pois não sabemos o que vêm no próximo episódio, não há uma sequência, cada episódio é autônomo, mas sabemos que vem um chocolate amargo. Além disso, disse que é uma série preocupada com o hoje, com o agora, e que traz dramas de vários tipos que decorrem da mudança rápida que vem acontecendo nos últimos anos da nossa existência, principalmente com o advento da tecnologia.

O episódio escolhido para ser objeto da monografia, estreou em outubro de 2016, pertence à terceira temporada e foi dirigido por Jakob Verbruggen. Em 60 minutos de duração, *Men against fire*²²⁵ (quinto episódio da terceira temporada) conta uma história que será resumida a seguir.

O episódio se inicia com as imagens de um sonho do protagonista Stripe. Ao que parece, um sonho com a mulher amada. Em seguida seu sono é interrompido pelos gritos de ordem de Ray, sua colega de trabalho, para que ele se prontificasse à missão do dia. Ambos são soldados e fazem parte de um exército privado que tem por objetivo proteger pessoas de determinada sociedade de uma infestação de mutantes, monstros, denominados como baratas.

Era o primeiro dia de Stripe no grupo de caça às baratas e naquele dia algumas delas invadiram uma mercearia e roubaram coisas. “A caça está no meu sangue”, disse Ray com muita empolgação ao ir para aquele novo dia de trabalho.

Ao chegarem ao local da invasão e após tomar alguns depoimentos, concluíram que deveriam seguir em determinada direção para encontrar as baratas e exterminá-las. Além disso, que teriam de destruir tudo o que sobrou de comida da mercearia, porque elas a tocaram e conseqüentemente a infectaram.

²²⁴ YOUTUBE. **Creator Charlie Brooker Explains...** Vídeo (5min34seg) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U2YPxSDIoPE>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

²²⁵ **Black Mirror: Men Against Fire.** 2016. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt5709234/?ref_=ttep_ep5>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Uma mulher com um filho no colo, num tom de medo, pediu para que Stripe não deixasse que elas voltassem. Em seguida, o grupo recebeu a notícia de que um morador local deixava as baratas entrar em sua casa, abrigando-as. Dessa maneira, decidiram investiga-lo.

Antes de prosseguir com o resumo de maneira cronológica, cabe mencionar que cada um do grupo armado tinha uma tecnologia denominada “máscara”. Tal “máscara” era uma espécie de lente ocular que eles tinham e que na visão da cada um apareciam dados e imagens integradas com a realidade. Era como se a realidade fosse uma tela de computador, bem futurista, e que eles pudessem tocar nesses dados e pedir informações: havia um sistema operacional. Além dos dados necessários para o massacre, tal “máscara” aprimorava a mira, a visão; mostrava, por exemplo, a planta da casa que iriam invadir no momento de traçar as estratégias, etc.

Retomando: “se tudo der certo nenhum tiro será dado, exceto em baratas”, um dos componentes do grupo falou ao chegarem à casa do senhor que estava sob suspeita de abrigá-las. Ao abrir a porta o senhor disse: “eu falo a língua de vocês”. Pois havia ali também uma questão/problema de linguística, de comunicação dos grupos.

Invadiram a casa dele para averiguar se ele escondia alguma barata. Viram que ele tinha uma cruz na parede, o que motivou a comandante do grupo a dizer como constatação: “se toda vida é sagrada, você se vê obrigado a proteger as baratas”; em seguida ela procurou convencê-lo de que era preciso exterminá-las, mesmo não sendo culpa delas, mesmo que não tenham pedido para nascer assim; na sequência do argumento, ela disse que elas nasceram com a “genética comprometida”, com algum problema no sangue, com alguma doença e que se não as detivessem, o ciclo da vida iria continuar fazendo gente assim. Por fim, argumentou que a dor poderia ser evitada e que era um sentimento errôneo vê-las como humanos até então.

Em seguida o caos foi instalado, pois, enquanto a comandante do grupo conversava com o senhor dono da casa, o restante do grupo encontrou baratas escondidas e o ataque começou. Algumas foram mortas e algumas fugiram. Stripe sentiu dor de cabeça e tontura quando uma

das baratas, ao se proteger dele, segurou um aparelho que emitia uma luz verde.

Segundo Ray, “defensores de baratas não são dignos de viver”, mas o senhor dono da casa foi apenas preso para ser levado até a base, por ordem da comandante, enquanto Ray cantava a música que é cantada em vários episódios de *Black Mirror*, “Anyone who knows what love is” de Irma Thomas. Stripe argumentou que matar um civil seria algo que os perseguiriam pelo resto da vida.

Stripe sentiu novamente um mal-estar. A casa foi incendiada e o pássaro do senhor foi solto. Fato que sugeriu um momento/símbolo de libertação. Stripe matou uma barata a tiros e outra a facadas logo na sua primeira missão e, em razão disso, seus colegas o consideraram sortudo, um grande exterminador.

Stripe sonha com a mulher amada novamente e acorda para o treinamento da mira, do alvo e também do uso da “máscara”. Na conversa com Ray, pensaram com pesar que a barata que fugiu na última missão já devia ter alcançado a fronteira e não poderia mais ser aniquilada.

Em certo momento do treinamento novamente o protagonista sente mal. Começa a ter alguns flashes, erra a mira, e constata: “estou meio esquisito”. Decidiu ir ao médico e este disse “você está bem, é normal voltar assim de combate”, e que “não há nada de errado com o implante do seu chip”. Por fim, o médico sugeriu que ele falasse com Arquette, um psiquiatra. Arquette perguntou como ele se sentiu emocionalmente ao matar duas baratas, pois devia se sentir orgulhoso. Ao final da consulta, programou o chip de Stripe para que ele sonhasse novamente com a mulher amada e tivesse um bom sono. A cena seguinte já mostra Stripe acordando assustado e percebendo que todos os seus colegas de trabalho dormiam de maneira idêntica.

O grupo se prepara para a próxima missão. O senhor preso disse onde estava um esconderijo das baratas e em seguida a equipe começa a ver pela “máscara” o local e a

planejar o ataque. No local da realização da missão Stripe novamente se sente mal, com tonturas; sente, parece que de maneira inédita, o cheiro e a textura da grama.

Medina, outro companheiro da equipe, toma um tiro na cabeça de modo surpreendente. Stripe compadeceu, enquanto Ray friamente demonstrou que deveriam continuar a missão, pedindo cobertura armada para ele. Novamente o protagonista se sente estranho. É nesse momento que ele chega o ouvir o canto dos pássaros. Continuando a missão, eles invadem o local e percebem que as baratas constroem aquele dispositivo que emite uma luz verde.

Já dentro do local, Stripe vê uma mulher muito assustada com a presença dele e percebe que ela está com um taco de baseball na mão para se proteger. Ele disse para ela sair, pois não iria machuca-la e disse também “aqui não é seguro, há baratas aqui”. De repente Ray mata essa mulher com um tiro e Stripe não entende o porquê de ela ter matado um civil. Ele compadece com a vítima e todas as outras que dali em diante são abatidas.

Nesta altura, Stripe deixa de enxergar certas pessoas como monstros/baratas. Ele ataca Ray impedindo que ela matasse mais pessoas, que, por sinal falavam uma língua diferente. Ele coloca duas vítimas (mãe e filho) no carro, foge mesmo sangrando, por causa do tiro que Ray o acertou, e acaba desmaiando no meio da estrada. A família-vítima o ajuda e, ao acordar num abrigo, a moça com o seu filho o esclarece de tudo que estava acontecendo. Eis o momento de consciência simultânea do protagonista e do espectador do episódio, talvez o momento mais importante, clímax.

Stripe agora vê as pessoas como elas são; ele não entendia anteriormente o que elas (baratas) falavam, pois o chip implantado na sua cabeça o impedia; o sistema de ‘máscaras’ transfiguram a realidade; todos odeiam as pessoas denominadas baratas; inclusive muitos civis, que, mesmo sem o chip que transformavam elas literalmente em monstros, as odeiam, pois foram assim ensinados.

Os implantes dos chips começaram a ser feitos 10 anos depois da guerra, e de repente

todos (inclusive na TV e nos computadores) começaram a tratar certas pessoas como criaturas imundas, doentes, com problema sanguíneo; era dessa forma que o extermínio daquela linhagem era justificado.

O nome da moça era Catarina, e do seu filho, Alec. Eles haviam, portanto, perdido essa individualidade, pois passaram a pertencer à gaveta do estereótipo barata: foram transformados em objetos, em desejos.

A esta altura dos esclarecimentos à Stripe, Ray invade o esconderijo, mata a mãe e o filho e apaga o protagonista que deixa a frase: “é tudo mentira”. Ele acorda preso. O psiquiatra Arquette entra, oferece café e pede desculpas por não terem percebido a falha no seu chip e na sua “máscara”. O psiquiatra explica a ele sobre o dispositivo criado e utilizado pelas “baratas” que emite uma luz verde: esta luz transmite um código, como um vírus, e desativa o chip. “Seu futuro depende do extermínio do inimigo”, disse Arquette. E continua sua fala no seguinte sentido: no início do século XX os soldados miravam acima da cabeça do inimigo de propósito, para evitar matar humanos; inclusive na 2ª Guerra, apenas 15 e 20% puxavam o gatilho; no Vietnã a porcentagem subiu para 85%, mas as mortes ainda eram poucas, além de que o sujeito voltava da guerra com problemas mentais; as coisas continuaram assim até as “máscaras” chegarem; é muito mais fácil atirar num monstro; é muito mais fácil matar sem sentir o cheiro do sangue etc.

Stripe argumenta dizendo que eles são seres humanos. Arquette contra argumenta dizendo que eles têm grande quantidade de merda no DNA: QI baixo, maior chance de desenvolver câncer, esclerose múltipla, tendências ao crime, desvios sexuais... Tudo isso na tentativa de “salvar” a próxima geração. O psiquiatra ainda declara que Stripe está protegendo a linhagem, que não há mentira, pois ele sempre soube, na medida em que aceitou que implantassem o chip e a “máscara” nele.

A seguir um vídeo dele é reproduzido para comprovar que ele havia aceitado o implante. O psiquiatra, com um controle na mão que determina todos os sentidos de Stripe,

diz: “controlamos tudo o que você vê, Stripe”. E lhe dá duas opções: concordar com a “máscara” e sua memória será apagada ou ir preso e continuar com toda a sua memória, inclusive com a da morte das pessoas que ele havia assassinado, num ciclo infinito de imagens aterrorizantes. “É isso que você quer? Basta concordar e tudo sumirá”.

Em seguida, a última cena do episódio. Stripe está uniformizado, olhando para uma casa linda e para a mulher amada, completamente fora da realidade, nos dando a entender que o protagonista aceitou a primeira opção: a lavagem cerebral.

Após este resumo da obra escolhida, serão analisadas e interpretadas algumas questões trazidas pelo episódio.

3.4 ANÁLISE E COMENTÁRIOS ACERCA DAS QUESTÕES TRAZIDAS PELO EPISÓDIO

Primeiramente, é interessante notar que Stripe é o apelido do protagonista do episódio e significa “listra” em inglês. Listra, aqui, nos faz lembrar a bandeira dos EUA. Além disso, “baratas” em espanhol é traduzido como “cucarachas”, expressão usada pelos norte-americanos para designar latinos de modo pejorativo. Talvez seja uma crítica sutil aos EUA, onde muitos dos seus cidadãos são preconceituosos e, especialmente, xenófobos com latinos de maneira geral.

Nesse contexto de opressão faz sentido a nomenclatura “barata”, pois ela é um animal que atravessou diversas eras, inclusive a dos dinossauros, e é de difícil extermínio, pois além de sua capacidade de adaptação ambiental, ela se reproduz rapidamente. No mesmo sentido, as baratas são animais vetores de diversos patógenos, como vírus, e por muitos são consideradas nojentas, aberrações que devem ser extirpadas da Terra.

Segundo Guy Standing, o precariado²²⁶ foi e é demonizado²²⁷, principalmente após a

²²⁶ O chamado neoliberalismo, a competitividade, a concorrência de mercado, a globalização flexibilizaram as

Grande Recessão. São quatro os maiores alvos, e os migrantes²²⁸, que constituem grande parte do precariado mundial, são um deles. Traçados como alienígenas, pragas, baratas, acabam sendo bodes expiatórios de problemas que não são seus, pois a sua maioria busca uma melhor oportunidade de vida; acabam sendo discriminados, oprimidos, violentados, penalizados, criminalizados etc. Neste aspecto, é válido mencionar também o poder que a mídia tem e pode ter a respeito da opinião social:

“No Reino Unido, como em muitos países, os jornais nacionais tem atiçado sentimentos antimigrantes. Como eles são muito mais lidos do que os jornais locais, as pessoas leem sobre o problema dos migrantes, mesmo que em sua área não tenha nenhum. Enquanto somente 10% das pessoas no Reino Unido são migrantes, o britânico médio acredita que a quantidade seja de 27%. A mídia nacional identifica o excepcional. O mesmo é verdadeiro para os ‘parasitas de benefício’. Um único caso é escolhido e o país inteiro lê sobre ele, imaginando que esse caso poderia acontecer logo ali virando a esquina. Se lêssemos apenas os jornais locais, a maioria das pessoas não ouviria falar sobre esse caso ou generalizaria a partir dele. A globalização e a mercadorização das comunicações dão poder para quem quer demonizar. Assim, um governo pode citar dois exemplos que sugerem que a maioria dos desempregados sofre de ‘um hábito de falta de trabalho’, e os leitores podem ser levados a acreditar que esses dois casos representam milhões.”²²⁹.

Trazendo para a realidade brasileira, percebemos, por exemplo, que a mídia, no mesmo sentido, cria monstros. É o caso do estigma higienista e sensacionalista recaído sobre os usuários de crack²³⁰. Além disso, a banalização de diversos assuntos também é meio de controle. Tal conduta faz com que não nos indignemos com questões muito relevantes, como a recente reforma trabalhista.

Outra questão interessante é que o grupo armado pertence a um exército privado,

relações trabalhistas e consequentemente permitiu que seus princípios afetassem todos os aspectos da vida de milhões de pessoas, o que implicou em riscos, insegurança e instabilidade. Essas pessoas afetadas fazem parte do que Guy Standing chama de precariado. É um neologismo que combina o adjetivo “precário” e o substantivo relacionado “proletariado”, pois já não podemos enquadrar esta classe-em-formação à classe trabalhadora que fizemos alusão por tantos séculos. Há muitas diferenças, como a ausência de inúmeras garantias de trabalho. STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 15 et seq.

²²⁷ Ibid., p. 220-222.

²²⁸ Ibid., passim.

²²⁹ Ibid., p. 221.

²³⁰ ZANOTTO, Daniele Farina; ASSIS, Fátima Büchele. **Perfil dos usuários de crack na mídia brasileira: análise de um jornal e duas revistas de edição nacional**. Artigo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300771&lang=pt>. Acesso em 12 nov. 2017.

conclusão feita não só pelas características, mas também pelo logo, pela marca, pelo símbolo da equipe. Vale destacar que no mundo que vivemos parece haver uma tendência de privatização de tudo – a privatização da justiça é um exemplo e o episódio *White Bear* da mesma série retrata bem esta questão.

Aqui, podemos enxergar o preconceito como uma máquina de guerra que, estatizada ou privatizada, possui muitas vezes objetivos/interesses econômicos. Podemos fundamentar este argumento em diversos exemplos, como a guerra industrial do tabaco/álcool à maconha; como a guerra ao islã, sob o discurso generalizador que categoriza terroristas; como os EUA, que, sob o discurso de guerra às drogas e ao crime, continuou oprimindo negros mesmo após o “fim” da escravidão etc.

Esse último exemplo é muito bem delineado num documentário chamado “A 13ª emenda”²³¹. O raciocínio é construído ao longo deste filme por diversos pensadores, professores e militantes da causa antirracista, levando em conta aspectos da história norte-americana que muitas vezes não são percebidos ou são ignorados. Algumas políticas e governos (Nixon, Regan, Bush, Trump) são destacados para demonstrar o estereótipo criado para extermínio da pessoa negra. O que culminou na introdução do medo através do controle social (principalmente midiático), na demonização racial, na violência policial e social, no encarceramento em massa etc.

A chamada 13ª emenda à Constituição norte-americana deixou uma brecha que fez com que os negros continuassem sendo oprimidos: a escravidão passou a ser inconstitucional, exceto para aqueles em situação de cárcere. Desse modo, a certo momento, enquanto a população dos EUA em relação ao resto do mundo era de 5%, este mesmo país tinha 25% dos presos mundiais; e dessa população carcerária dos EUA, 40% eram negros, sendo que somente 6,5% da população norte-americana era composta de pessoas negras. Os números são

²³¹ NETFLIX. **A 13ª Emenda**. Direção de Ava Duvernay. Produção de Howard Barish, Ava Duvernay, Spencer Averick. Roteiro: Spencer Averick, Ava Duvernay. Música: Jason Moran. Estados Unidos da América: Kandoo Films, 2016. (100 min.). Distribuição pelo Netflix. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80091741>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

mesmo chocantes e não surpreende o fato de que um protesto²³² de ódio da extrema direita tenha sido realizado recentemente nos EUA. A demonização é um tema muito importante na reflexão aqui proposta e será ainda tratado à diante.

O logo do exército do episódio é “VVV”, sugerindo uma sigla sem mostrar o seu significado. Este logo nos faz pensar em outro parecido: “KKK”, que sabemos que significa Ku Klux Klan e que realizou/realiza um papel similar ao “VVV” fictício, mas hiper-realista. E, além disso, nos traz preocupações legítimas ao percebermos que, por exemplo, a Igreja Universal no Brasil possui um exército de jovens crentes que se auto intitulam “Os Gladiadores do Altar”²³³, mesmo que tal grupo não tenha violentado fisicamente alguém para impor as suas crenças. Sabemos que a formação de grupos deste tipo e com ideias fortes facilita a instalação de totalitarismos a custo de lavagem cerebral, haja vista o exemplo trazido pelo filme “A Onda”, baseado em fatos reais, que tomou grandes proporções e teve um final infeliz. O símbolo/logo unifica grupos, forma classe, constrói identidade/consciência e certamente torna mais forte a influência de grupo.

Outro ponto que merece ser comentado é a ideia de “a caça estar no sangue”, da violência que muitas vezes é colocada como inerente ao homem (como um instinto animal), outras vezes como manifestações diversas a depender do indivíduo e, ainda, como algo que é construído e, por vezes, alimentado. Esta última situação parece ser o caso dos personagens que têm o chip implantado, especialmente, do Stripe, que, mesmo após matar uma “barata”, continua a esfaqueá-la. Esta vontade de matar também é identificada nos companheiros do protagonista, que o elogiam muito pelo fato de ele ter matado duas “baratas” em sua primeira missão.

Toda violência abordada no episódio, ocasionada pela lavagem cerebral, seja através ou

²³² SENRA, Ricardo. 'Sou nazista, sim': o protesto da extrema-direita dos EUA contra negros, imigrantes, gays e judeus. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40910927>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²³³ SABÓIA, Gabriel. Polêmico 'exército' da Igreja Universal, Gladiadores do Altar chega ao Rio: Grupos de jovens se vestem como militares em cultos da Igreja Universal, em Del Castilho, no Recreio e na Tijuca. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-05/polemico-exercito-da-igreja-universal-gladiadores-do-altar-chega-ao-rio.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

do chip ou não (pois quem não tinha chip não era combatente, mas odiava as “baratas” do mesmo modo, uma vez que foram assim ensinados/ideologizados) é justificada/legitimada pela discriminação genética feita entre as pessoas daquela sociedade, sob o discurso de salvação das gerações posteriores (similar à raça ariana). Há uma filtragem, feita por alguém que possui poder/autoridade, que vai determinar quem é barata, quem encaixa neste estereótipo, e quem é ser humano. E tal filtragem é emanção de poder e ordem.

Percebe-se que toda a violência é calcada num discurso bem elaborado e, por vezes, sutil/camuflado. Ideias por meio de estereótipos são construídas para transformar algo em vilão/monstro/demônio/criminoso/repugnante e justificar/legitimar o ataque. E muitas vezes tal ataque é, conseqüentemente, aplaudido, vibrado, reconhecido. Assim também se formam heróis. Portanto, valores negativo-depreciativos são atribuídos pela condição da diferença (cor, raça, sexo, classe...) e a sociedade acaba hierarquizada, numa relação de poder, causando a discriminação e a exclusão.

É a construção do estigma, uma linguagem de relações e não só de atributos, pois acaba por não ser apenas uma qualidade pessoal, mas uma forma de designação social que naturaliza o que não é natural (abordaremos esses links causais mais adiante). Segundo Erving Goffman,

“a noção de estigma é compreendida como um atributo que implica desvalorização, inferioridade e situa a pessoa em uma posição de desvantagem. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um dos seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um portador dele”²³⁴.

É importante notar que quase sempre tal introjeção e manipulação de valores negativos são feitas a partir do terror e do medo, causando ameaça e eliminando a resistência à violência (muitas vezes, faz com que o sujeito sequer sinta que está violentando algo/alguém). Além disso, neutraliza qualquer culpa que venha a surgir no indivíduo. De certa maneira, o desumaniza, retira sua sensibilidade. Ou a canaliza para um só fim. Se na sua consciência o outro não é seu semelhante, e, pior, é uma monstruosidade, fica fácil apertar o gatilho e

²³⁴ GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988. p. 17.

aniquilar. Sem o reconhecimento do outro não há qualquer possibilidade de compaixão, de compadecimento.

Um exemplo evidente e que ocorreu logo no “descobrimento do Brasil”, é a colonização portuguesa. O outro, no caso, os indígenas, teve seu corpo e imagem apropriados. E a partir dessa apropriação a sua imagem foi repintada: os indígenas foram estigmatizados como bárbaros, atrasados, sensuais, impuros, preguiçosos. Sabemos que essa pintura não é real e, além disso, é falsa. Outro exemplo, desta vez mais recente, é a questão da greve geral. O preconceito é construído e controla condutas na medida em que é montada a imagem de que tal manifestação social irá atrapalhar o dia das pessoas, como se fosse um atraso de vida.

Não podemos esquecer que há casos também, a depender do contexto, em que as diferenças existem e o tratamento diferente é justificável, mas acabam por ser negadas, mantendo a situação de opressão ao invés de inaugurá-la.

Sobre a discriminação que extermina, é interessante e importante a reflexão que o episódio traz a respeito da demonização em forma de criminalização. Wagner Francesco (teólogo com pesquisa em áreas de Direito Penal e Processual Penal), em seu artigo “Black Mirror: a construção do criminoso no episódio ‘engenharia reversa’”²³⁵, publicado na Carta Capital em abril deste ano, analisa muito bem esta questão e fundamenta seus argumentos nas obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Peter Berger, Thomas Luckmann e Alessandro Baratta. O chip mascara a realidade e funciona como ideologia (névoa que nos impede de acessar a realidade como ela é).

No mesmo sentido, a ideologia dominante é aquela proveniente da classe dominante, uma vez que ela é detentora dos meios de produção não só material, mas também espiritual. A ideologia, portanto, é construída através das relações de poder, pois há quem tem poder de mandar, de definir e há quem acaba se submetendo (conscientemente ou não). Michel

²³⁵ FRANCESCO, Wagner. **Black Mirror: a construção do criminoso no episódio “engenharia reversa”**. Artigo. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/04/black-mirror-construcao-do-criminoso-no-episodio-engenharia-reversa/>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

Foucault trabalha muito com essa percepção do poder e da criação dos regimes de verdades:

“Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento”²³⁶.

E assim também acontece no âmbito jurídico: “a criminalidade é um status social”, ou seja, é decorrente de quem tem poder de influir sobre os processos de criminalização – defende Alessandro Baratta. Portanto, a criminalidade é uma realidade social criada.

Oportunamente, é válido fazermos uma interrupção na análise do episódio para dizer que as palavras/conceitos que designam/categorizam coisas criam e não descrevem pura e simplesmente a realidade. Não só as normas jurídicas criam, mas também muitos conceitos²³⁷, na medida em que distribuem papéis sociais, performances²³⁸ (criam também normas, mesmo que não jurídicas). Desse modo, expectativas são colocadas em cada coisa/pessoa. Links causais são feitos, a pretexto de descrever, mas naturalizam o que não é natural. É o caso, por exemplo, de expectativas serem criadas a respeito de quem nasce com tal órgão genital: são impostos diversos tipos de dever ser, como o jeito que essa pessoa deve se portar, como deve se vestir, quais os desejos sexuais que deve ter etc. Temos um modo viciado de falar

²³⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975. p. 30.

²³⁷ Primeiramente, cabe dizer que os conceitos e palavras estão localizados numa gramática, dentro da língua, já num ambiente normativo. Mas a situação vai além disso, pois a categorização “engaveta” coisas, atribui funções e forma destinos/demandas. Nesse aspecto, um conceito não descreve, mas cria. Como se a realidade fosse substituída pelo conceito e toda a experiência fosse subsumida forçadamente a ele. Assim, as coisas passam a ser o que as relações construíram e naturalizaram, afetando a liberdade humana. Tais argumentos são bem esclarecidos através do termo “metafísica da substância” utilizado por Judith Butler. BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²³⁸ No mesmo sentido da nota anterior, na filosofia da linguagem de John Austin percebemos que nem todas as palavras são “constatativas”. A linguagem é uma forma de ação (a linguagem é performativa) e não de representação da realidade. Essa ideia aqui exposta foi retirada da transcrição de conferências realizadas em Harvard por esse filósofo. AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

sobre as coisas. E este modo oprime, na medida em que cria links causais e limita a realização da liberdade, sendo que existem várias outras possibilidades fora dessa gramática.

Antes de retomar a análise mais detalhada do conteúdo do episódio, relacionaremos essa noção de criação da realidade com a interessante e pertinente tradução do título do episódio. Engenharia reversa é um método, como já mencionado, que vai basicamente desconstruir a coisa para entender o seu funcionamento. Seria a desconstrução do soldado-máquina para compreender o chip implantado, o preconceito inserido.

Com a devida adaptação para a análise das ciências humanas, seria um olhar multifocal para o passado, entendendo a história como uma invenção a partir do devir, do processo de formação de inúmeras variáveis. É uma busca pela origem/nascimento da coisa, para entender como ela é o que é. Tal método adaptado às relações humanas nos faz pensar no método genealógico proposto por Michel Foucault:

“A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria a qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam”²³⁹ (...) “A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico”²⁴⁰.

Ricardo Manoel de Oliveira Morais, em seu artigo “A relevância do método genealógico para a hermenêutica jurídica”, esclarece muito bem a ideia de Foucault:

“pode-se dizer que a genealogia consiste em analisar os fenômenos, práticas e dispositivos que aparecem e são inventados na sociedade, desde saberes em uma determinada área até sistemas políticos, de modo a estabelecer o momento exato e as condições que tornaram possíveis o aparecimento desse mecanismo de dominação. Não se pode reduzir o objeto da genealogia à divisão estrutura-superestrutura, ou tentar ligá-lo ao desenvolvimento de uma ciência que seja linear e contínua, partindo de origens racionais e metafísicas. O poder é uma instância fragmentária e descontínua, razão pela qual a análise de seus desdobramentos não poderia ser

²³⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 34-35.

²⁴⁰ Ibid., p. 172.

diferente.”²⁴¹.

Sobre essa ideia de que a história é construída (e por isso é contraditória), na medida em que é contada, “descrita”, sobretudo por quem detém o poder, é muito importante que levemos em conta as suas diferentes versões e perspectivas. É preciso tomar cuidado com a repetição do discurso. A história silenciou vozes e, nesse aspecto, é preciso reconstruí-la dando voz ao silêncio, buscando aquilo que ficou para trás, redefinindo as tonalidades dos acontecimentos.

Portanto, haverá sempre alguma faceta do conhecimento, dos conceitos, do direito, violenta. Pois algo sempre fica do lado de fora; os conceitos são disputáveis e essa é a nossa vida política. Para Jacques Derrida, o direito é essencialmente violento (daí a Força de Lei) e a desconstrução²⁴² é um meio de encontramos maiores possibilidades de justiça.

É na valorização de outras perspectivas da história que Paul Gilroy²⁴³ defende a ideia de que a modernidade tem uma dupla consciência: a consciência hegemônica e a que ficou de fora, a da escravidão. Ambas estão internalizadas, coabitam e conflitam no discurso moderno. A diferença é que a consciência do opressor, do senhor de engenho dialoga com o estado constitucional de direito. Portanto, para tal pensador a modernidade europeia é ingênua, pois não leva em conta a escravidão, não sabe o preço que foi pago. Nesse sentido, entende que ela ainda não alcançou a ideia de maioria, de esclarecimento²⁴⁴ proposta por Kant.

Há diferentes versões e a história precisa ser sincronizada com a diáspora africana. Nada

²⁴¹ MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. **A relevância do método genealógico para a hermenêutica jurídica**. Artigo. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=88fb5550341fd3bb>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

²⁴² JUNIOR, Neurivaldo Campos Pedrosa. **Jacques Derrida e a desconstrução: uma introdução**. Artigo. Disponível em: <http://encontrosdevista.com.br/Artigos/Neurivaldo_Junior_Derrida_e_a_desconstrucao_uma_introducao_final.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017. *passim*.

²⁴³ GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012. *passim*.

²⁴⁴ PEDROTTI, Henrique. **O Conceito de “Esclarecimento” Segundo Kant**. Disponível em: <http://www.institutosapientia.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1165:o-conceito-de-esclarecimento-segundo-kant-&Itemid=110>. Acesso em: 21 nov. 2017.

seria da modernidade sem a escravidão. Nada seria da Europa, dos EUA, do Rio de Janeiro sem a escravidão (a história das favelas é também uma história de diáspora). Não há como sequer entendê-los sem passar pelo problema racial.

Voltemos aos detalhes do episódio. Outra questão que ele nos remete é a da caça às bruxas²⁴⁵ (similar à caça às baratas), tanto a que ocorreu entre os séculos XV e XVII (idade média, período inquisitorial), tanto a que ocorreu no século XX. A primeira teve cunho político, social, econômico, mas, sobretudo, religioso, pois acreditavam que certas pessoas, que se enquadravam no estereótipo de bruxa satânica, praticavam rituais contra a cristandade. Muitas pessoas foram perseguidas e incendiadas em praça pública. A segunda teve uma motivação ainda mais ampla e forte expressão ao longo da guerra fria, quando pessoas foram executadas por suposta ligação ao comunismo. Portanto, ambas são muito similares ao episódio, assim como a perseguição nazista aos judeus, ciganos, homossexuais, deficientes etc., e o consequente extermínio em massa justificado pela discriminação e preconceito. Nesta passagem, cabe mencionar também que da mesma maneira que o senhor protegeu as baratas no episódio, abrigando-as em sua casa, há quem protegeu as vítimas da segunda guerra (por exemplo, havia muitos esconderijos de judeus em “casas arianas”).

É importante registrar a tecnologia como instrumento de controle social. Como já vimos, no episódio, o dispositivo do chip, além de ser uma tecnologia ultramoderna, futurista, parte da máquina de guerra, pode ser entendido como uma alegoria do preconceito, da introjeção de estereótipos negativos, de estigma. A “máscara” da mesma maneira. Essas tecnologias, entre outras, como a mídia, funcionam muito bem como meios de manipulação, como algo que retira a sensibilidade na medida em que robotiza, como alteradores da realidade, como algo que muitas vezes aumenta o alcance da violência etc.

O episódio também nos faz refletir sobre a questão da língua e da guerra de idiomas/comunicação, isso porque as “baratas” falavam uma língua diferente das pessoas da

²⁴⁵ PETRIN, Natália. **Caça às Bruxas**. Artigo. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/caca-as-bruxas/>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

equipe exterminadora. A língua é também um instrumento de opressão/dominação, pois é um regime de verdade que todos se veem obrigados a transitar. Os colonizadores não usaram apenas armas para colonizar, mas também a língua/cultura. Além disso, dá para imaginar a situação dos negros de diferentes etnias trazidos da África que eram recebidos com um idioma completamente diferente. A opressão/violência foi ainda maior por causa desse aspecto. Tal faceta/fracasso da língua é muito bem exposto por Bell Hooks, em “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”²⁴⁶.

Há também a questão territorial. Quando uma das “baratas” foge de um ataque, um dos soldados da equipe argumenta que ela já estaria salva àquele tempo, pois já devia ter alcançado a fronteira. Tal cena nos lembra dos refugiados, pessoas que fogem para outros territórios em busca de melhores condições de vida, de abrigo e de paz, pois geralmente estão sendo perseguidas por algum motivo político.

O momento que Stripe retoma a sua sensibilidade é muito marcante no episódio. O protagonista, por causa da falha do chip insensível, volta a sentir o cheiro e a textura da grama, o canto dos pássaros etc. É como se ele voltasse a ter vida. E aqui podemos relacionar com a arte, pois acredito que a arte nos torna mais sensíveis da mesma maneira, fazendo com que o encontro com a realidade fique mais próximo ao melhorar a nossa observação, análise e, inclusive, a nossa empatia em detrimento da frieza. A arte, em última instância, nos apresenta a pluralidade.

É interessante notar que no episódio a maior punição ocorre por conta da tortura provocada pela tecnologia do chip, que traz a memória, faz reviver o terror e causa dor através daquilo que conhecemos como culpa/remorso. É válido suscitar também a questão da “liberdade” concedida a Stripe pelo psiquiatra Arquette, na medida em que ele dá duas opções ao protagonista. Que liberdade é essa? Muitas vezes a expressão “liberdade” é utilizada, mas possui um todo vazio, como ocorre no episódio. Não há liberdade alguma e esta falsa

²⁴⁶ HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. p. 223-233.

liberdade é muitas vezes utilizada para legitimar condutas (inclusive a discriminação), como ocorre muito no mercado de trabalho.

Por fim, o preconceito é uma construção social que culmina em diversos tipos de violência, sofrimento e controle, “seja pela afirmação e manipulação da condição da diferença, seja por sua insistente negação ou dissimulação”²⁴⁷ – dupla face bem esclarecida no artigo “Preconceito e discriminação como expressões de violência”, já mencionado. A implantação do chip nos personagens do episódio, assim como a ideologização que cria estereótipo e o demoniza é muito similar ao que acontece na realidade. Não à toa a série é classificada como hiper-realista. Tal lavagem cerebral se manifesta não só em tempos de guerra, como parece acontecer com qualquer combatente de exército, mas também em tempos de “paz”.

²⁴⁷ BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Estudos feministas, 1/2002, p. 120.

CONCLUSÃO

É comum que o direito seja associado à filosofia, história, psicologia, sociologia, economia etc., e muitas vezes numa visão bastante ortodoxa. No entanto, raramente é relacionado a arte, a alguma forma de expressão cultural, até porque muitas delas são essencialmente irreverentes e desprezam qualquer tipo de convenção.

Ao expor ideias e analisar uma obra, esse trabalho tentou construir esse caminho, valorizando e trazendo a arte para o mundo jurídico. Diante dessa experiência, concluímos que a arte tem muito a contribuir para o direito. Portanto, essa monografia foi uma defesa à interdisciplinaridade. Acreditamos que o traslado de ideias forma novas espécies ou vê outras faces do conhecimento (mesmo que muitas vezes não reconhecido como legítimo). Além disso, foi um pensar o direito como um prática cultural, como fruto também da imaginação e crença humana, assim como a arte.

Em muitas faculdades de medicina nos EUA os estudantes recebem uma formação artística. Não só em relação à teoria da arte, mas também ao fazer artístico. Isso faz parte da graduação para os alunos aprenderem a observar melhor, analisar e desenvolverem mais empatia. Depois de anos expostos à frieza dos manuais, à morte e ao sofrimento, os níveis de empatia dos estudantes caem muito, mas com a arte os pacientes se tornam obras-primas, o médico deixa que eles falem por si, os analisa com mais sensibilidade, sem esquecer que para curar é preciso sentir a dor do outro. Por que não trazer essa realidade para o curso de direito?

Além disso, o diálogo entre o direito e a arte, se usado em sala de aula, pode servir de ferramenta para tornar mais acessível o conhecimento de assuntos e questões complexas.

Alfredo Augusto Becker expõe sua indignação com o direito em um poema que clama por vida:

“Há falta de oxigênio e sol
dentro do mundo jurídico.

O direito não amanhece.
Não chove.
Dentro do direito não transitam nuvens
e nem sopram ventos.
As entidades do mundo jurídico não têm carne
E nem temperatura.
Jamais foi escutado canto de pássaro
dentro do Código Florestal
ou vislumbrado peixe no Código de Águas.
Da lei brotam artigos, parágrafos, alíneas, remissões.
Sequer uma flor ou ramo verde.
A vida do animal humano é muito curta
e eu só tenho uma.
Entre o direito e a abóbora
eu optei pela abóbora.”²⁴⁸

Acreditamos que, com a aproximação entre a arte e o direito, é possível recuperar essa sensibilidade. É como se fosse, metaforicamente, um passo para a retirada do chip que todos nós temos.

Vejamos agora outra possibilidade de influência positiva da arte no direito. Sabemos que a história silenciou/oprimiu vozes e, nesse aspecto, é preciso reconstruí-la buscando aquilo que ficou para trás, redefinindo as tonalidades dos acontecimentos. E a arte, para nós, é uma dessas maneiras. Além de despertar os sentidos, ela torna o ambiente mais democrático e expõe a consciência social, na medida em que não está amarrada a modelos narrativos. Assim, ela pode ser um meio de libertação, pois pode dizer mais do que qualquer discurso. Sendo a arte um modo de fala, uma linguagem, ela permite que as pessoas falem em primeira pessoa, sem ter que fazer desvios, sem deixar o discurso indireto, que tantas vezes sofre modificação e perde autoria, se não sempre.

Antes de concluirmos especificamente sobre o preconceito, é válido mencionarmos de passagem mais duas relações entre a arte e o preconceito, pois as constatamos ao longo do trabalho: o preconceito na arte e o preconceito contra a arte. Sobre o primeiro aspecto, não passa de uma constatação de que o preconceito está em qualquer lugar. Exemplo disso é o filme “O nascimento de uma nação”. Apesar de ter sido tão aclamado na época, foi

²⁴⁸ BECKER, Alfredo Augusto. **Carnaval Tributário**. São Paulo: Editora Lejus, 1999. p. 49-50.

recentemente desnudado pelo documentário (já mencionado) “A 13ª emenda”, que demonstra que tal obra estigmatizou o homem negro e afetou diretamente a consciência das pessoas e a discriminação nos EUA. Sobre o segundo aspecto, podemos mencionar as recentes polêmicas por causa de exposições, como uma ocorrida no Museu de Arte Moderna de São Paulo²⁴⁹ e outra no Santander Cultural de Porto Alegre²⁵⁰, trazendo ao debate o conceito de arte, de liberdade e de censura.

A essa altura, passemos às conclusões à respeito exclusivamente do preconceito. Vimos que esse prejulgamento, essa visão superficial, faz atribuição de valores negativos a grupos/pessoas, criando imagens depreciativas (estigma) e, conseqüentemente, favorece aos diversos tipos de discriminação. E esse tratamento diferenciado e injusto (pela afirmação ou negação das diferenças) causa violência, opressão, dor.

Percebemos, ainda, que o preconceito no Brasil é institucionalizado, estrutural. Muitas vezes derivado do controle social (lavagem cerebral), que contribui para que ele seja formado e reproduzido de maneira inconsciente. Constatamos isso ao analisar diversos dados/estatísticas impactantes sobre a discriminação e também ao investigar como o direito se comporta diante disso.

No mundo jurídico há muitas normas que procuram prevenir e reprimir a discriminação. Mas, somando essa informação aos dados assustadores sobre os casos de violência, pensamos que muitas normas não têm força normativa. Assim como as normas, há muitas decisões que manifestam um posicionamento antidiscriminatório. No entanto, a recíproca é verdadeira: há preconceito e discriminação no direito e também proporcionado pelo direito, seja na representatividade política, nos operadores, em decisões ou em normas jurídicas (muitas ainda

²⁴⁹ **Interação de criança com homem nu gera polêmica após abertura de exposição no MAM: Museu ressaltou que a menina estava acompanhada da mãe e que a sala da performance tinha alerta de nudez artística.** 2017. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,interacao-de-crianca-com-homem-nu-gera-polemica-apos-abertura-de-exposicao-no-mam,70002020753>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

²⁵⁰ MENDONÇA, Heloísa. **Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo: Após protestos nas redes sociais, banco Santander encerra mostra que abordava questões de gênero e de diversidade sexual.** 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

estão em vigor).

É triste constatar que num país tão plural e culturalmente rico como o Brasil há tanta discriminação e desigualdade. Mas, mesmo diante disso tudo, é interessante notarmos que, de certo modo, esse debate tem acontecido em maior volume e esses temas tem sido incluídos em diversos ambientes: nos meios de comunicação; nas análises e pautas políticas (mesmo que poucas); nos trabalhos acadêmicos, que abordam diversos ângulos do tema; nos movimentos sociais etc. Isso nos faz vislumbrar uma luz no final do túnel, pois temos a impressão de que o assunto não era tão falado, tão levado a público como atualmente – apesar de sempre ter sido manifestados na realidade.

Os problemas do preconceito, da discriminação, da igualdade material, da conquista e do acesso a direitos evidentemente são de todos nós da sociedade – em muitos casos, principalmente nós juristas – e não só de quem sofre violência. A luta contra a opressão é de todos que acreditam nos direitos humanos.

Certamente uma pessoa que viveu alguma situação de discriminação têm maior credibilidade/propriedade de falar sobre, mas esse não pode ser um assunto das minorias, assim como não pode ser um assunto tabu.

Nossa responsabilidade e o horizonte a ser alcançado são muito bem expostos no ensaio já mencionado “Preconceito e discriminação como expressões de violência”:

“A modernidade implicou a pretensão de racionalização da sociedade. Isto é, a aplicação de regras gerais e universais para a compreensão de fatos particulares e dos indivíduos. O sistema jurídico, como normas genéricas passíveis de serem aplicadas em casos particulares para enquadramento legal, traduz esse processo de racionalização. Mas essa gaiola de ferro burocrática levou tanto ao desencantamento do mundo quanto a sua desumanização. Esta última é representada nas interdições técnicas e linguísticas no mundo jurídico e do trabalho, que se traduzem em procedimentos e termos que apagam a singularidade histórica, social, cultural e moral dos/as envolvidos/as. Desse ponto de vista, a positivação dos direitos das minorias, na medida em que traduz o reconhecimento de um outro diferente, constitui um passo à frente. Mas essa ajuda jurídica pode não ser solicitada pelos que estão sendo alvo de preconceito e discriminação, devido aos obstáculos que

encontram certos grupos sociais de ter acesso à Justiça.

Em primeiro lugar, porque muitos não conhecem quais são seus direitos; segundo, porque os valores que fundam o preconceito e levam à discriminação podem estar presentes nos agentes institucionais encarregados de fazer justiça; e, finalmente, porque há um excessivo formalismo do mundo jurídico, com seus rituais e estilos que resultam demasiadamente exóticos para a maior parte da população demandante, e que se erigem, assim, como muros que limitam o acesso à Justiça. Não sem razão, existem em diversos países, como também no Brasil, iniciativas para facilitar esse acesso para os mais pobres, tais como os tribunais de pequenas causas, tribunais itinerantes, entre outros.

Isso leva a pensar na necessidade não apenas de legislar para transmutar os valores presentes nos relacionamentos sociais, mas também de formular políticas públicas que contribuam para estimular a construção de identidades positivas em relação àqueles grupos que sofrem preconceito, tanto quanto implementar formas desburocratizadas de resolução de conflitos com a participação ativa dos grupos sociais interessados.”²⁵¹

Por fim, essa ideia de que a responsabilidade não cabe somente às minorias pode também ser verificada e ter fundamento no seguinte poema de Bertold Brecht:

“INTERTEXTO

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.”

²⁵¹ BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Estudos feministas, 1/2002, p. 138-139.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Kauan. **Apontar o racismo, indicar o racismo e dar nome aos atos: confrontemos!** 2017. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/09/29/apontar-o-racismo-indicar-o-racismo-e-dar-nome-aos-atos-confrontemos/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ALMEIDA, Rodolfo; MARINI, Daniel. **Qual o perfil da população carcerária brasileira: Indicadores de gênero, raça, escolaridade e nacionalidade nos presídios e na população brasileira.** 2017. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/grafico/2017/01/18/Qual-o-perfil-da-populacao-carceraria-brasileira>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

AMARAL, Iracema. **Comissão da Câmara proíbe aborto até em casos de estupro: A medida que está gerando controvérsias entre deputados foi aprovada por 19 votos e depende de aval do plenário para entrar em vigor.** 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/11/09/interna_politica,915427/comissao-da-camara-proibe-aborto-ate-em-casos-de-estupro.shtml>. Acesso em: 21 nov. 2017.

AMARAL, Júlio Rocha do; OLIVEIRA, Jorge Martins de. **Sistema Límbico: O Centro das Emoções.** Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n05/mente/struct.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ANDRADE, Mário de. **O artista e o artesão.** Capítulo do livro “O baile das quatro artes”. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/Sem-3_O-Artista-e-o-Artes%C3%A3o_M%C3%A1rio-de-Andrade.compressed.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 10.498, de 05 de

novembro de 2001. **Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão da orientação sexual e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>>.

Acesso em: 13 nov. 2017.

AUN, Heloisa. **Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 25 horas: Neste Dia Internacional Contra a Homofobia (17 de maio), o Catraca Livre evidencia a realidade da população LGBT no Brasil.** 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-lgbts-no-mundo-1-cada-25-horas/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência.** Estudos feministas, 1/2002, p. 119-141.

BECKER, Alfredo Augusto. **Carnaval Tributário.** São Paulo: Editora Lejus, 1999.

Black Mirror. 2011. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt2085059/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Black Mirror: Men Against Fire. 2016. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt5709234/?ref_=ttep_ep5>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BORGES, Priscilla. **Maioria no ensino superior, mulheres ainda estão em desvantagem: Mulheres já superaram homens em número de estudantes, mas a paridade em altos cargos ainda está longe de ser realidade.** 2011. Disponível em:

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/maioria-no-ensino-superior-mas-longe-dos-cargos-de-chefia/n1597400100786.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BOTTON, Alain de; ARMSTRONG, John. **Arte como terapia**. São Paulo: Intrínseca, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956. **Define e pune o crime de genocídio**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2889.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

Brasil é o país que mais procura por pornografia trans no RedTube: O país também é o que mais mata trans e travestis no mundo. 2016. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-pornografia-trans-no-redtube/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. **Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial, altera as Leis nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951. **Lei Afonso Arinos.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-norma-pl.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Lei de Drogas.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resp nº 1183378. Brasília, DF, 25 de outubro de 2011. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 01 fev. 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Racismo: decisões judiciais estabelecem parâmetros para repressão à intolerância**. 2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/2803870/racismo-decisoes-judiciais-estabelecem-parametros-para-repressao-a-intolerancia>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF nº 54. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, DF, 07 de abril de 2012. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 07 abr. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 82.424. Relator: Ministro Moreira Alves. Brasília, DF, 19 de março de 2004. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília.

BRASIL: Vítimas de Violência Doméstica Enfrentam Obstáculos no Acesso à Justiça. 2017. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/video-photos/video/2017/06/21/305528>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, João Paulo. **A conquista do voto feminino, em 1932**. 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Campanha pela liberdade de Rafael Braga. 2013. Disponível em: <<https://libertemrafaelbraga.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CANCIAN, Natália. **Justiça concede liminar que permite tratar homossexualidade como doença.** 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1919516-justica-concede-liminar-que-permite-tratar-homossexualidade-como-doenca.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos.** Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CHADE, Jamil. **Raio-x da ONU apresenta Brasil como país com 'discriminação estrutural': Dados serão usados para sabatina do Brasil em sua política de direitos humanos, em maio nas Nações Unidas.** 2017. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,raio-x-da-onu-apresenta-brasil-como-pais-com-discriminacao-estrutural,70001746424>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CHADE, Jamil. **Racismo é 'estrutural e institucionalizado' no Brasil, diz a ONU: Para as Nações Unidas, parte da sociedade ainda 'nega a existência' da discriminação e acredita no 'mito da democracia racial'.** 2014. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CUNHA, Thaís. **Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais: Segundo ONG europeia, em nenhuma outra nação há tantos registros de homicídios de pessoas transgêneras.** 2016. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei: o fundamento místico da autoridade.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Estudo mostra sub-representação dos negros na política brasileira. 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/a-sub-representacao-dos-negros-na-politica-brasileira,bc62c9bbc7f0d5fb665783922e09f29764fx9vmg.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

DINIZ, Debora. **A cada minuto uma mulher faz um aborto no Brasil: Apenas em 2015, 500 mil mulheres realizaram um aborto ilegal, mostra pesquisa nacional inédita.** 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/aborto-a-cada-minuto-uma-mulher-faz-um-aborto-no-brasil>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional do Aborto 2016.** Artigo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017. p. 653-660.

Faz dez anos que expressão "mulher honesta" foi retirada do Código Penal: Em 2005, penas maiores foram criadas para abusos sexuais contra menores de 18 anos e foi criada a tipificação penal para o crime de tráfico de pessoas. Em vez de "Dos Crimes contra os Costumes", a redação atual é de "Dos Crimes contra a Dignidade Sexual". 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/484154-FAZ-DEZ-ANOS-QUE-EXPRESSAO-MULHER-HONESTA-FOI-RETIRADA-DO-CODIGO-PENAL.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Editora Globo, 2008.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

FRANCESCO, Wagner. **Black Mirror: a construção do criminoso no episódio “engenharia reversa”**. Artigo. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/04/black-mirror-construcao-do-criminoso-no-episodio-engenharia-reversa/>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

FREITAS, Paulo A. S. **Teoria Institucional Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.dep.ufscar.br/blog/iod/wp-content/uploads/2009/12/1.3-SCOTT.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

GANDRA, Alana. **Brasil ocupa 115º lugar em ranking de mulheres na política**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

GARCIA, Daniela. **Em vídeo, recrutadores têm reações diferentes diante de negros e brancos**. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/11/17/reacao-de-recrutadores-muda-em-relacao-a-raca-de-pessoas-mostra-video.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

Globo afasta William Waack após comentário racista vazar em vídeo: Apresentador reclama de buzina como "coisa de preto" em imagens e diz não se lembrar do que disse. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/09/politica/1510184872_072863.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio

de Janeiro: LTC, 1988.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2004.

HAUTSCH, Oliver. **O que é engenharia reversa?**. Artigo. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/pirataria/2808-o-que-e-engenharia-reversa-.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

HERCOG, Alex. **Muito além do cidadão Waack: o racismo estrutural na mídia brasileira: O caso do apresentador é a ponta do iceberg. A falta de representatividade negra reproduz a exclusão e o racismo no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/muito-alem-do-cidadao-waack-o-racismo-estrutural-na-midia-brasileira>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – com a nova ortografia da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Interação de criança com homem nu gera polêmica após abertura de exposição no MAM: Museu ressaltou que a menina estava acompanhada da mãe e que a sala da performance tinha alerta de nudez artística. 2017. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,interacao-de-crianca-com-homem-nu-gera-polemica-apos-abertura-de-exposicao-no-mam,70002020753>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

JUNIOR, Neurivaldo Campos Pedroso. **Jacques Derrida e a desconstrução: uma**

introdução. Artigo. Disponível em: <http://encontrosdevista.com.br/Artigos/Neurivaldo_Junior_Derrida_e_a_desconstrucao_uma_introducao_final.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Justiça brasileira condena pessoas em massa com base apenas na palavra do policial. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/03/justica-brasileira-condena-pessoas-em-massa-com-base-apenas-na-palavra-do-policial/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

LEMOS, Flávia C. Lemos; CARDOSO JÚNIOR, Hélio R. **A genealogia em Foucault: uma trajetória.** Artigo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

MACHADO, Lucas Camargo Silva. **Análise do discurso contra a livre sexualidade na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional.** 2017. 110 f. Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

MACIEL, Edgar. **33 mulheres foram presas por aborto em 2014: Em São Paulo, pelo menos sete das presas foram denunciadas por médicos.** 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/33-mulheres-foram-presas-por-aborto-em-2014/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Mais uma vez, indígenas são barrados na CPI da Funai/Incra. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/comentario-do-evangelho/78-noticias/567720-mais-uma-vez-indigenas-sao-barrados-na-cpi-da-funai-incra>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MARCANTONIO, Jonathan Hernandez. **Direito e controle social na modernidade;** São Paulo: Saraiva, 2013.

MARIA, Carolina. **Uma análise sobre (a falta de) representatividade negra na TV**

brasileira. 2017. Disponível em: <<https://seriesporelas.com.br/representatividade-negra-tv-brasileira/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MARIZ, Renata. **Barroso chama Joaquim Barbosa de 'negro de primeira linha' em discurso: Ao tentar elogiar ex-presidente da Corte, colega comete gafe e ex-ministro diz que não comentará.** 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/barroso-chama-joaquim-barbosa-de-negro-de-primeira-linha-em-discurso-21449394>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MENDONÇA, Heloísa. **Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo: Após protestos nas redes sociais, banco Santander encerra mostra que abordava questões de gênero e de diversidade sexual.** 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. **A relevância do método genealógico para a hermenêutica jurídica.** Artigo. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=88fb5550341fd3bb>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

Mulheres são minoria em apenas cinco carreiras: Entre os cursos de graduação dominados pelos homens estão ciência da computação e engenharias, apontam dados do IBGE. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/emprego/mulheres-sao-minoria-em-apenas-cinco-carreiras-7216998>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

NEITSCH, Joana. **Mulheres são apenas 26,2% da magistratura federal: Profissionais do direito apontam que ocupar altos cargos ainda é um desafio feminino.** 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/mulheres-sao-apenas-262-da-magistratura-federal-f3p3x3enzs47wzpei1m9v96w3>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

NETFLIX. **A 13ª Emenda**. Direção de Ava Duvernay. Produção de Howard Barish, Ava Duvernay, Spencer Averick. Roteiro: Spencer Averick, Ava Duvernay. Música: Jason Moran. Estados Unidos da América: Kandoo Films, 2016. (100 min.). Distribuição pelo Netflix. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80091741>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

NETFLIX. **Black Mirror - Men Against Fire**. Direção de Jakob Verbruggen. Produção de Barney Reisz. Realização de Charlie Brooker, Annabel Jones. Intérpretes: Malachi Kirby, Madeline Brewer, Ariane Labed, Sarah Snook, Michael Kelly, Kola Bokinni, Francis Magee, Aruhan Galieva, Simon Connolly, Dean Ashton, Kave Niku, Thomas Thorøe, Loreece Harrison, Toby Oliver. Roteiro: Charlie Brooker. Reino Unido: Zeppotron, House Of Tomorrow, 2016. (60 min.), HDTV 1080i, son., color. Legendado. Série 3ª Temporada - 5º Episódio.

NETFLIX. **O experimento de Milgram**. Direção de Michael Almereyda. Produção de Danny A. Abeckaser, Uri Singer, Fabio Golombek, Aimee Schoof, Isen Robbins, Per Melita. Coordenação de Kathryn J. Schubert. Intérpretes: Peter Sarsgaard, Winona Ryder, Taryn Manning, Anton Yelchin, Kellan Lutz, John Leguizamo, Lori Singer, Anthony Edwards, Dennis Haysbert, Josh Hamilton, Jim Gaffigan. Roteiro: Michael Almereyda. Estados Unidos da América, 2015. (90 min.), son., color. Legendado.

PEDROTTI, Henrique. **O Conceito de “Esclarecimento” Segundo Kant**. Disponível em: <http://www.institutosapientia.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1165:o-conceito-de-esclarecimento-segundo-kant-&Itemid=110>. Acesso em: 21 nov. 2017.

PETRIN, Natália. **Caça às Bruxas**. Artigo. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/caca-as-bruxas/>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

Porcentagem de homens e mulheres (2015). 2015. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

PORCHER JUNIOR, Roberto Ernani. **Direito e Arte: intersubjetividade e emancipação pela linguagem.** Artigo. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/roberto_ernani.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio. **Discriminação: estudos.** São Paulo: LTr, 2000. p. 321-328.

RIBEIRO, Djamila. **Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso? As mulheres negras foram violadas sistematicamente no período colonial. E, atualmente, ainda são o grupo o mais violentado.** 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cultura-do-estupro-o-que-a-miscigenacao-tem-a-ver-com-isso>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. **Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro – 2015, p. 11-37.

SABÓIA, Gabriel. **Polêmico 'exército' da Igreja Universal, Gladiadores do Altar chega ao Rio: Grupos de jovens se vestem como militares em cultos da Igreja Universal, em Del Castilho, no Recreio e na Tijuca.** 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-05/polemico-exercito-da-igreja-universal-gladiadores-do-altar-chega-ao-rio.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SANTOS, Estela. **Antonio Candido: a literatura como direito do ser humano.** Site Homo Literatus. Disponível em: <<http://homoliteratus.com/antonio-candido-o-direito-humano-literatura/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na**

Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SENA, Adriana Goulart de. **Formas de resolução de conflitos e acesso à justiça.** Artigo. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_76/Adriana_Sena.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SENRA, Ricardo. **'Sou nazista, sim': o protesto da extrema-direita dos EUA contra negros, imigrantes, gays e judeus.** 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40910927>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SILVA, Theuan Carvalho Gomes da. **Nas audiências de tráfico de drogas, o roteiro é quase sempre o mesmo.** 2016. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/08/15/nas-audiencias-de-trafico-de-drogas-o-roteiro-e-quase-sempre-o-mesmo/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Teoria do direito.** São Paulo: Saraiva, 2009.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Superior Tribunal de Justiça (Brasil). **Resolução do CNJ consolida entendimento do STJ quanto ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.** 2012. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/100514633/resolucao-do-cnj-consolida-entendimento-do-stj-quanto-ao-casamento-civil-entre-pessoas-do-mesmo-sexo>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Supremo Tribunal Federal (Brasil). **Julgamento afasta diferença entre cônjuge e companheiro para fim sucessório.** 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=342982>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

TAVARES, Elaine. **Racismo, preconceito e discriminação**. Artigo. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/04/16/racismo-preconceito-e-discriminacao-por-elaine-tavares/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

TELZER, Eva et al. **Amygdala sensitivity to race is not presente in childhood but emerges over adolescence**. Journal of cognitive neuroscience. 25:2, p. 234-244.

Tribunal de Justiça (São Paulo). **Juiz converte em casamento união estável de pessoas do mesmo sexo**. 2011. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Imprensa/Noticias/Noticia?codigoNoticia=10871&pagina=1079>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Tribunal Superior Eleitoral (Brasil). **Há 80 anos mulheres conquistaram o direito de votar e ser votadas**. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

VAZ, Anderson Rosa. **Introdução ao direito**. Curitiba: Juruá, 2012.

VENTURELLI, Camila de Camargo Silva. **O Direito e a Arte**. Artigo. Disponível em: <<https://solteagravata.wordpress.com/2010/10/25/artigo-o-direito-e-a-arte/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL**. 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

WHITE, Kit. **101 lições a serem aprendidas na escola de artes**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

YOUTUBE. **A arte pode ajudar a democracia? #vivieuvi.** Vídeo (5min5s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eatNi7QzQIQ>>. Acesso em 09 set. 2017.

YOUTUBE. **Após chamar Joaquim Barbosa de “negro de primeira linha” Barroso chora e pede desculpas.** Vídeo (2min57seg) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BdSDM8yr1nU>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

YOUTUBE. **Cármen Lúcia, do STF, dá bronca em Luiz Fux por interromper Rosa Weber.** Vídeo (1min05seg) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E8cIdKn0EDY>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

YOUTUBE. **Creator Charlie Brooker Explains...** Vídeo (5min34seg) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U2YPxSDIoPE>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

YOUTUBE. **Criolo: a certeza na quebrada é que você vai ser nada #pontejornalismo.** Vídeo (8min) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YFg8ah7eDMM>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

YOUTUBE. **Criolo – É o Teste (Prod. Nave) / Ainda Há Tempo – Faixa 1.** Vídeo (4min41s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_wChOqWJoY0>. Acesso em 31 out. 2017.

YOUTUBE. **Eduardo Galeano – Sangue Latino.** Vídeo (24min37s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3q_YyAG7upA>. Acesso em: 08 set. 2017.

YOUTUBE. **Entrevista com Lázaro Ramos.** Vídeo (24min42s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eP86LuPwUYk>>. Acesso em 04 set. 2017.

YOUTUBE. **Matilde Campilho – Sangue Latino**. Vídeo (2min18seg) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zWYJ-drGO5Q>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

YOUTUBE. **Panorama com Clarice Lispector**. Vídeo (28min31s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ohHP112EVnU>>. Acesso em 08 set. 2017.

YOUTUBE. **Provocações – Antonio Peticov**. Vídeo (23min39s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4guoIDMcAak>>. Acesso em: 02 set. 2017.

ZANOTTO, Daniele Farina; ASSIS, Fátima Büchele. **Perfil dos usuários de crack na mídia brasileira: análise de um jornal e duas revistas de edição nacional**. Artigo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300771&lang=pt>. Acesso em 12 nov. 2017.